

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Março/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 119/2012 e 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012, seguindo orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março de 2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APEX-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.
APL – Arranjos Produtivos Locais
ASME - American Society of Mechanical Engineers
BIM – *Building Information Modelling*
BIT – Bens de Informática e de Telecomunicações
BK – Bens de capital
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEX – Comitê de Análise de Ex-tarifários
CEBIT – Feira de Tecnologia na Alemanha
CGACDS - Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável
CGAE - Coordenação-Geral das Indústrias de Transporte Aéreo e Aeroespacial
CGAG - Coordenação-Geral de Agronegócios
CGAL - Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais
CGAT - Coordenação-Geral das Indústrias Automotiva, Naval e de Equipamentos de Transporte
CGBC - Coordenação-Geral das Indústrias Metalúrgicas e de Bens de Capital
CGEL - Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico
CGII - Coordenação-Geral de Estudos e Inserção Internacional
CGIV - Coordenação-Geral de Investimentos
CGMO - Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra
CGMR - Coordenação-Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias
CGOF – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
CGPE - Coordenação-Geral de Acompanhamento de Ações e Programas Especiais
CGRH – Coordenação –Geral de Recursos Humanos
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGRN - Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Recursos Naturais
CGTP - Coordenação-Geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos
CIDS – Centro de Inovação, Design e Sustentabilidade
CIINT - Coordenação de Informações Internacionais
CMC – Conselho do Mercado Comum
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNDI - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEB – Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira de Design

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CORI – Comitê Orientador da Política de Resíduos Sólidos
COSIPLAN - Conselho de Infraestrutura e Planejamento
CTPIn – Comissão Técnica do Plano Indústria
da Indústria de Equipamentos para TV Digital
DECOI - Departamento de Competitividade Industrial
DEIET - Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte
DEORN - Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais
DESIT - Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia
DIADM - Divisão de Apoio Administrativo
DICOV – Divisão de Convênios
DOU – Diário Oficial da União
EU – União Europeia
EVTE – Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GAB - Gabinete
GECEX- Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior
GEE – Gases de efeito estufa
GEPBM – Grupo Executivo do Plano Brasil Maior
GIDS - Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade
GIP – Grupo de Integração Produtiva
GM – Gabinete do Ministro
GT – Grupo de Trabalho
GTP-APL- Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais
GT-PPB - Grupo Técnico de Análise de Processo Produtivo Básico
HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
IBCT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IED – Investimento Estrangeiro Direto
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INOVAR-Auto – Programa de incentivo à inovação tecnológica e adensamento produtivo de veículos automotores
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP – Integração Produtiva
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre produtos industrializados
IR – Imposto de Renda
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI – Microempreendedor Individual
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MI – Ministério da Integração Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MP – Medida Provisória
MPE- Micro e Pequena Empresa

MPME – Micro, Pequenas e Médias Empresas
NUCLEP - - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
OMC – Organização Mundial do Comércio
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC – Programa de Aceleração
PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
PAISS – Plano de Apoio à Indústria dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico
PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital
PBD – Programa Brasileiro Design
PBM- Plano Brasil Maior
PBMS – Plano Brasil Sem Miséria
PEE – Programa Especial de Exportação
PEIEX – Projeto Extensão Industrial Exportadora
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A
PG&N – Petróleo, Gás e Naval
PI – Política Industrial
PIB – Produto Interno Bruto
PIS- Programa de Integração Social
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMC – Política Nacional de Mudanças Climáticas
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA- Plano Plurianual
PPB – Processo Produtivo Básico
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PSI – Programa Sustentação do Investimento
PT – Programa Temático
REIQ – Regime Especial para a Indústria Química
RENAI – Rede Nacional de Informação sobre Investimentos
REPEG – Regime Especial de Petróleo e Gás
REPETRO - Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural.
REPUBL – Regime Especial Programa Nacional de Banda Larga
RETID - Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa
RFB – Receita Federal do Brasil.
RH – Recursos Humanos
SAPI – Sistema de Acompanhamento da Política Industrial
SBM – Sistema Moda Brasil
SDP – Secretaria do Desenvolvimento da Produção
SE – Secretaria Executiva
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
SGT 7 – Subgrupo de Trabalho 7 – Indústria
SI – Secretaria de Inovação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIAPECAD – Cadastro do Sistema Integrado de Administração Pessoal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo federal.
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPE-MF – Secretaria de Políticas Econômicas- Ministério da Fazenda

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
 SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
 SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TI – Tecnologia da Informação
 TICs – Tecnologia da Informação e Comunicação
 UFPR – Universidade Federal do Paraná
 UG – Unidade Gestora
 UGO – Unidade Gestora Orçamentária
 UGR – Unidade Gestora Responsável
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UO – Unidade Orçamentária
 VBPI – Valor Bruto da Produção Industrial
 ZFM – Zona Franca de Manaus
 ZPTMs – Zonas de Processamento de Transformação Mineral

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Quadros

A.1.1	Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual	12
A.3.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade	51
A.4.1	Programa de Governo constante do PPA – Temático	53
A.4.2	Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da SDP	61
A.4.3	Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da SDP	76
A.4.4	Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da SDP	129
A.4.7	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	134
A.4.12	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	135
A.4.13	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	135
A.4.14	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	137
A.4.15	Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação	137
A.5.3	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2012	139
A.5.4	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	143
A.5.5	Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios seguintes	143

A.5.6	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	144
A.5.7	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	145
A.5.13	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	147
A.5.14	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	148
A.5.16	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	148
A.6.1	Força de Trabalho da SDP – Situação apurada em 31/12	151
A.6.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	152
A.6.3	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	152
A.6.4	Quantidade de Servidores da SDP por Faixa Etária	153
A.6.5	Quantidade de Servidores da SDP por Nível de Escolaridade	153
A.6.19	Composição do Quadro de Estagiários	155
A.11.1	Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	159
	FIGURAS	
	Mapa Estratégico	14
	Organograma Funcional	16
	Gestão do PBM	34
	TABELAS	
	Instâncias do Plano Brasil Maior	32

SUMÁRIO

1	Identificação	12
1.1	Identificação da Secretaria do Desenvolvimento da Produção	12
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
1.3	Organograma Funcional	16
1.4	Macroprocessos Finalísticos	31
1.5	Macroprocessos de Apoio	32
1.6	Principais Parceiros	35
2.	Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações	35
2.1	Planejamento das Ações da UJ	40
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	43
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações	44
2.4	Indicadores	49
3.	Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	51
3.1	Estrutura de Governança	51
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	51
3.3	Remuneração Paga a Administradores	53
3.4	Sistema de Correição	53
3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria CGU nº 1043/2007	53
4.	Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	53
4.1	Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	53
4.1.1	Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	53
4.1.2	Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	61
4.1.3	Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	76
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	129
4.1.5	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	134
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	134
4.2	Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	134

4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	134
4.2.2	Programação de Despesas	134
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	134
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	134
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários	134
4.2.4.1.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	134
4.2.4.1.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	135
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	137
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	137
4.2.4.2.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	137
4.2.4.2.3	Análise Crítica	138
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	138
5.1	Reconhecimento de Passivos	138
5.2	Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	138
5.3	Transferências de Recursos	139
5.3.1	Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	139
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	143
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	143
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	144
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	144
5.3.6	Análise Crítica	145
5.4	Suprimento de Fundos	146
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	147
5.5.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	147

5.5.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	148
5.5.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	148
5.5.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica	148
5.5.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	149
5.5.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	149
5.5.7	Comunicações à RFB	149
5.5.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	149
5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	150
5.5.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB	151
5.6	Gestão de Precatórios	151
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	151
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	151
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	151
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	152
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	152
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	153
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	153
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	154
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	154
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	154
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	154
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	154
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	155
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	155
7.	Gestão do Patrimônio mobiliário e imobiliário	155

8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	155
9.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	155
10.	Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	155
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	155
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	155
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	156
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	156
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	156
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	156
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93	156
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	156
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	157
11.	Informações Contábeis	158
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	158
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	158
11.2.1	Declaração Plena	159

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação da Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Quadro A.1.1 – Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual

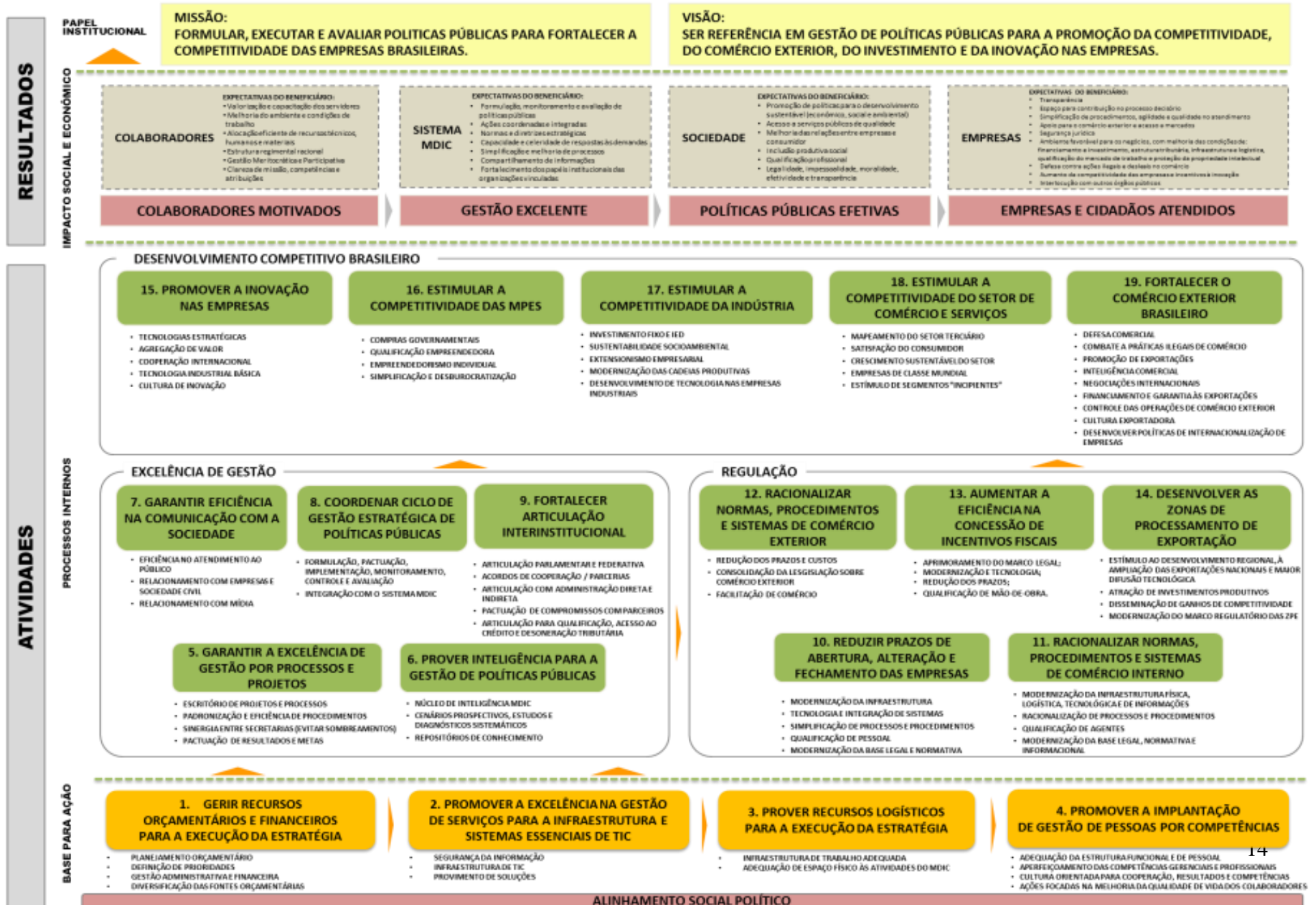
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Código SIORG: 3162
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Desenvolvimento da Produção			
Denominação abreviada: SDP			
Código SIORG: 3213	Código LOA: 28101	Código SIAFI: 280109	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.478/0001-43
Principal Atividade: Administração Pública em Geral - Indústria -22			Código CNAE: 7511-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 2027-7070	(61) 2027-7046	(61) 2027-7060
Endereço eletrônico: sdp@mdic.gov.br			
Página da Internet: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Sala 500 - Brasília, DF, CEP: 70053-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29 de maio de 2003. Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, publicado no DOU de 05/02/2010 e Decreto nº 7.474, de 10 de maio de 2011, publicado no DOU, de 11/05/2011.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
1. Portaria/MDIC nº 117, de 17/6/2009, publicada no DOU- Seção I, de 18/6/2009, que estabelece critérios para celebração, aprovação e execução de convênios e contratos de repasse, com aplicação de recursos orçamentários das Ações 2374 e 109C, do Programa 0419, sob a responsabilidade do MDIC. 2. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001 e Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 177, de 18.10.2002 que tratam dos procedimentos administrativos ao Processo Produtivo Básico – PPB. 3. Portaria GM nº 06, de 11/01/2008, que trata do Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Relatório semestral de Anúncio de Projetos de Investimentos, publicado no Site do MDIC, endereço eletrônico: www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
280109	Secretaria do Desenvolvimento da Produção		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI			
00001			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
280101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
280104	Coordenação-Geral de Recursos Humanos		

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da SDP

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção é o principal órgão de elaboração, gestão e monitoramento da política industrial brasileira. Neste papel, cumpre-lhe coordenar, articulada com outros órgãos do Sistema MDIC, a política industrial “de governo” – o Plano Brasil Maior/PBM. Mas a SDP também se insere num papel de instância de monitoramento do aparato consolidado de instrumentos de política industrial, à qual se pode chamar de política industrial “de Estado”. Nessa função, a SDP não apenas é co-executora de instrumentos como os ex-tarifários e os PPBs, mas também instância de ajustes e de arbitragem das demandas do empresariado produtivo brasileiro. Ademais, nesse papel a Secretaria interage com diferentes representações empresariais, mas também, e até mais frequentemente, com diversos órgãos de governos cuja ação afeta significativamente (mesmo que indiretamente) a execução e a efetividade da política industrial.

- As atividades da SDP se articulam com 6 objetivos estratégicos e com 18 focos de atuação, dentro do Planejamento Estratégico do MDIC:

MAPA ESTRATÉGICO – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 2011-2014



Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	No. de Focos de Atuação Atingidos
Excelência na Gestão	Garantir Eficiência na Comunicação com a Sociedade	2
	Coordenar Ciclo de Gestão Pública Estratégica de Políticas Públicas	2
	Prover Inteligência para a Gestão de Políticas Públicas	2
	Garantir a Excelência de Gestão	1
Regulação	Aumentar a Eficiência na Concessão de Incentivos Fiscais	3
Desenvolvimento Competitivo Brasileiro	Estimular a Competitividade das MPEs	2
	Estimular a Competitividade da Indústria	5
	Fortalecer o Comércio Exterior Brasileiro	1

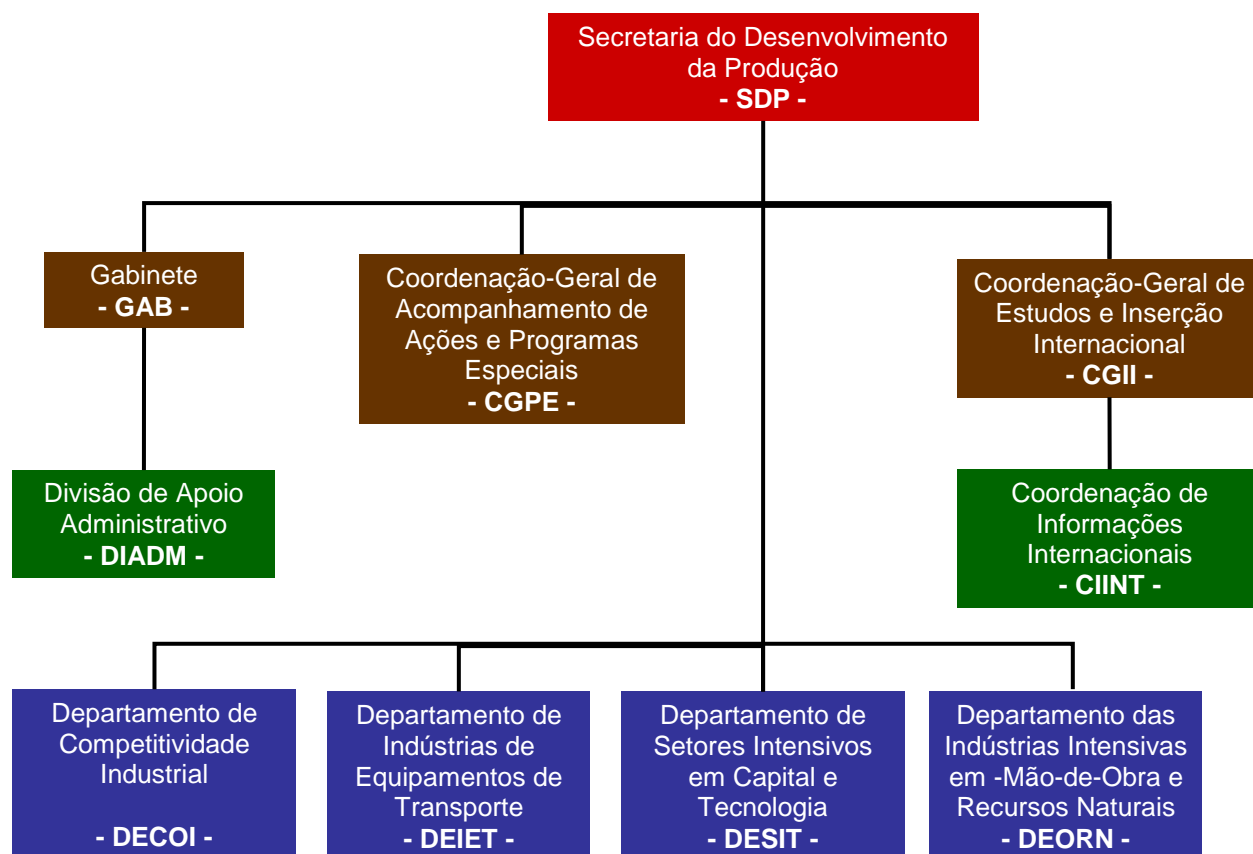
São destaques entre as atividades e projetos ora desenvolvidos pela SDP em 2012:

1. O reforço, expansão e aperfeiçoamento do sistema de PPBs e ex-tarifários (objetivos 7 e 13)
2. Aprofundamento do sistema de apoio a empresas em APLs (16 e 17)
3. Apoio à gestão do PBM (6, 8 e 17)
4. Construção do “Observatório da Indústria” (6 e 7)
5. Ampliação da rede de apoio ao IED e à internacionalização das empresas brasileiras (7 e 19)

Outras atividades e projetos relevantes para aquele mesmo ano foram:

1. Apoio à criação e implementação de regimes tributários especiais (interface com PBM) (15 e 17)
2. Agenda ambiental – resíduos sólidos e mudanças climáticas (8 e 17)
3. Integração Produtiva do Mercosul (19)
4. Desenvolvimento do design brasileiro – Bienal e Centros de Inovação e Design (com Apex e MCTI) (17)

1.3 Organograma Funcional



COMPETÊNCIAS

À Secretaria do Desenvolvimento da Produção, órgão específico singular, compete:
(Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010)

- I - formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- II - identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial;
- III - estruturar ações que promovam o incremento da produção de bens no País e o desenvolvimento dos segmentos produtivos;
- IV - formular, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito da competência do Ministério, as ações que afetem o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- V - manter articulação com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, visando ao permanente aperfeiçoamento das ações governamentais, em relação ao desenvolvimento do setor produtivo;

- VI - buscar a simplificação da legislação aplicada à atividade produtiva;
- VII - viabilizar ações junto às secretarias estaduais e aos representantes de organismos regionais de desenvolvimento e de outros órgãos públicos ou privados com atribuições nesta matéria, visando a elaboração e implementação de ações de política de desenvolvimento da produção regional;
- VIII - incentivar práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no setor industrial;
- IX - articular esforços para o aproveitamento dos ativos ecológicos do País;
- X - executar e acompanhar os projetos e as ações voltadas para o aumento da competitividade das cadeias produtivas, articulando, para tanto, a participação do governo, do setor privado e dos trabalhadores;
- XI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País; e
- XII - identificar, divulgar e estimular a difusão de experiências exemplares de promoção de desenvolvimento da produção regional, incluindo programas e projetos de investimento, realizados nos níveis local e estadual.

Competência das Unidades – Definidas no Regimento Interno- Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

Ao Gabinete compete:

- I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;
- II - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;
- III - controlar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Apoio Administrativo;
- IV - coordenar e controlar a emissão de passagens e diárias no âmbito da Secretaria, bem como atestá-las quando já efetuadas;
- V - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;
- VI - remeter às unidades componentes da Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;
- VII - coordenar, orientar e controlar a execução das atividades técnico-administrativas de apoio ao Gabinete e aos Departamentos; e
- VIII - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos, bem como realizar a edição das portarias e despachos do Secretário e encaminhar para publicação oficial, quando for o caso, relatórios, votos, decisões e atos administrativos do Secretário, no âmbito da Secretaria.

À Divisão de Apoio Administrativo compete:

- I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;
- II - executar as atividades de controle de pessoal e de benefícios;
- III - requisitar, receber e distribuir o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;
- IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais;
- V - providenciar a concessão e o controle de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores da Secretaria;
- VI - distribuir interna e externamente documentos, jornais e revistas; e
- VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Ações e Programas Especiais compete:

- I - participar da formulação, da implementação e do apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual - PPA e do Orçamento Anual;
- II - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o PPA e para o Orçamento Anual, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação dos programas de responsabilidade da Secretaria, com base na produção e utilização de indicadores apropriados;
- III - coordenar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Trabalho da Secretaria, refletidos no Orçamento Anual;
- IV - participar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas aos setores produtivos de desenvolvimento nacional e regional;
- V - orientar, acompanhar e analisar estudos e ações voltadas para a implementação de programas de desenvolvimento produtivo nacional e regional; e
- VI - apoiar o Secretário no acompanhamento de ações voltadas para o desenvolvimento produtivo regional, em consonância com as políticas derivadas do Programa Eixos Nacionais de Desenvolvimento, do PPA e de assuntos pertinentes a Secretaria.

À Coordenação-Geral de Estudos e Inserção Internacional compete:

- I - subsidiar a participação do Ministério, no encaminhamento de questões relativas à competitividade industrial inerentes ao processo de integração internacional competitiva, especialmente do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em coordenação com as áreas afins do Ministério e outras entidades governamentais e privadas;
- II - acompanhar a implementação das decisões provenientes de acordos internacionais, especialmente do MERCOSUL;
- III - participar das reuniões preparatórias e grupos de trabalho, voltados para o exame de temas relacionados com a preparação ou implementação de acordos internacionais que envolvam os setores produtivos do País;
- IV - coordenar a participação da Secretaria nas negociações em curso, para a formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em estreita articulação com as áreas afins do Ministério e de outras entidades governamentais e privadas;
- V - atuar em foros negociadores internacionais relacionados à sua área de competência;
- VI - subsidiar o Secretário na proposição de estratégias, no planejamento e na coordenação das atividades da Seção Brasileira do Subgrupo 07 – Indústria do MERCOSUL;
- VII - subsidiar a participação da Secretaria e do Ministério, no encaminhamento de questões relativas à competitividade industrial em fóruns multilaterais, com destaque para a Organização Mundial de Comércio – OMC, em coordenação com as áreas afins do Ministério e outras entidades governamentais e privadas; e
- VIII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação bilateral e participar na elaboração de acordos internacionais, executados na Secretaria.

À Coordenação de Informações Internacionais compete:

- I - executar as ações relativas ao setor produtivo, na realização de projetos no âmbito internacional;
- II - articular e subsidiar negociações internacionais relativas à questão da produção junto às demais áreas do Ministério, às instituições governamentais, ao setor produtivo, bem como junto aos estados-partes do MERCOSUL e outros foros internacionais; e
- III - coordenar a elaboração do sistema de informações internacionais relativas à atuação da Secretaria.

Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:

- I - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial;
- II - promover o desenvolvimento da “marca Brasil” nos setores produtivos do País;
- III - atuar de forma articulada e coordenada com os demais departamentos da secretaria, para apoiar ações relativas ao fortalecimento das cadeias produtivas e ao desenvolvimento sustentável;
- IV - propor ações para o planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do setor industrial;
- V - identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;
- VI - analisar e propor medidas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo;
- VII - sistematizar e manter dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI, que possa fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento, informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;
- VIII - dar suporte à implementação de políticas de desenvolvimento nas questões relacionadas a investimentos;
- IX - auxiliar os órgãos estaduais de fomento ao investimento no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;
- X - elaborar, propor, programar, coordenar, implementar, apoiar, promover a execução, controlar e acompanhar políticas públicas e as atividades voltadas para o aumento da competitividade das indústrias brasileiras, relacionadas a:
 - a) qualidade, produtividade e gestão ambiental;
 - b) desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas;
 - c) design;
 - d) produção mais limpa;
 - e) reciclagem de materiais e embalagens;
 - f) redução na geração de resíduos e seu respectivo gerenciamento;
 - g) ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;
 - h) mudanças climáticas e mercado de carbono;
 - i) zoneamento econômico-ecológico;
 - j) otimização do uso dos recursos hídricos nos produtos e processos industriais;
 - k) desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;
 - l) uso de biomassa como fonte energética pelas indústrias;
 - m) iniciativas para reduções de emissões de gases do efeito estufa no setor industrial; e
 - n) avaliação do ciclo de vida dos produtos industriais;
- XI - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com ênfase no setor industrial;
- XII - articular com organizações não governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais;
- XIII - sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre arranjos produtivos locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados; e
- XIV - avaliar o impacto de políticas nacionais ou internacionais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável sobre a competitividade da indústria brasileira, bem como subsidiar

tecnicamente a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes ao tema.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

Ao Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia compete:

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em capital e tecnologia para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;
- II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores intensivos em capital e tecnologia;
- III - propor políticas e ações para estimular a substituição competitiva de importações nos setores intensivos em capital e tecnologia;
- IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em capital e tecnologia;
- V - realizar as análises dos pleitos de ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEX e apresentar ao GECEX proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;
- VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;
- VII - coordenar a fixação ou alteração de Processo Produtivo Básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática;
- VIII - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;
- IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;
- X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico realizado por empresas incentivadas pela Lei de Informática; e
- XI - analisar, em conjunto com outros órgãos de governo, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

Ao Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte compete:

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos dos setores de indústrias de equipamentos de transporte, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo nacional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;
- II - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas com atuação nos setores produtores de biocombustíveis relativos à indústria de equipamentos de transporte;
- III - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores de indústrias de equipamentos de transporte;
- IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas à indústria de equipamentos de transporte;

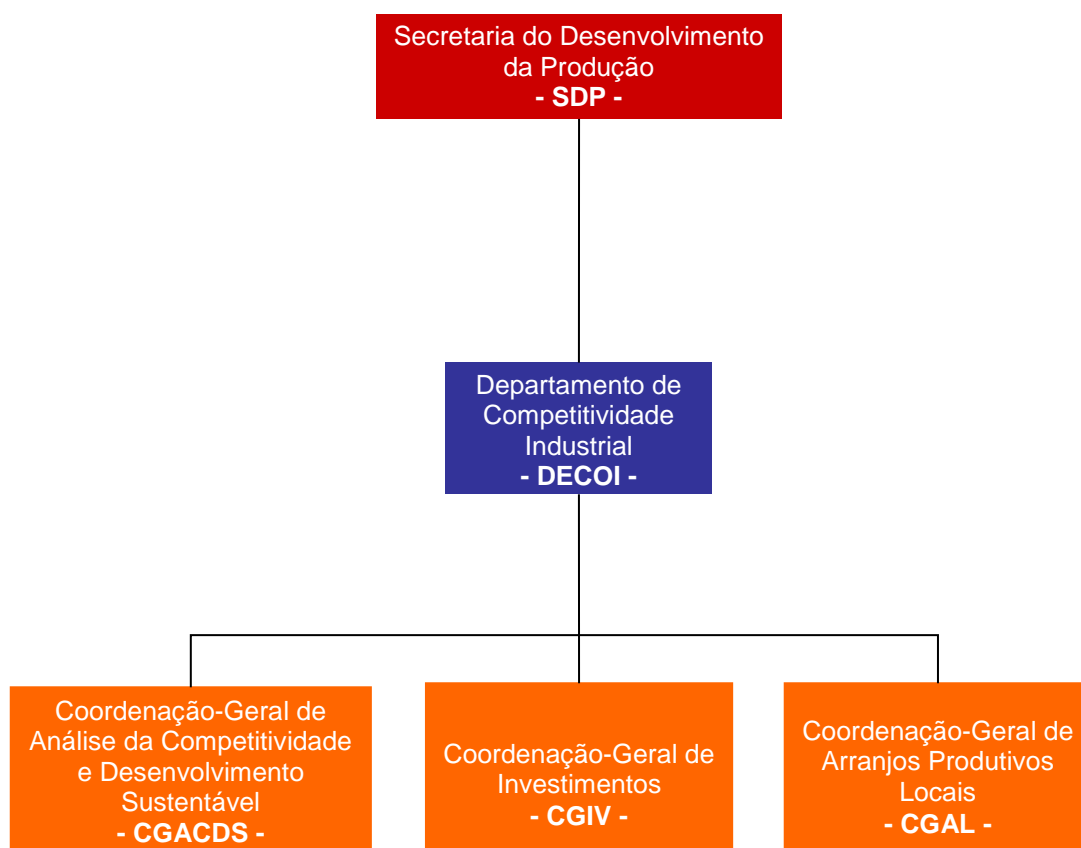
- V - coordenar e acompanhar os programas do regime automotivo geral e regional; e
- VI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores de indústrias de equipamentos de transporte.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

Ao Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais compete:

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;
- II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores produtivos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais;
- III - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas às indústrias intensivas em mão-de-obra e recursos naturais; e
- IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior



Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:

I - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial;

II - promover o desenvolvimento da “marca Brasil” nos setores produtivos do País;

III - atuar de forma articulada e coordenada com os demais departamentos da secretaria, para apoiar ações relativas ao fortalecimento das cadeias produtivas e ao desenvolvimento sustentável;

IV - propor ações para o planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do setor industrial;

V - identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;

VI - analisar e propor medidas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo;

VII - sistematizar e manter dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI, que possa fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento, informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;

VIII - dar suporte à implementação de políticas de desenvolvimento nas questões relacionadas a investimentos;

IX - auxiliar os órgãos estaduais de fomento ao investimento no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;

X - elaborar, propor, programar, coordenar, implementar, apoiar, promover a execução, controlar e acompanhar políticas públicas e as atividades voltadas para o aumento da competitividade das indústrias brasileiras, relacionadas a:

a) qualidade, produtividade e gestão ambiental;

b) desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas;

c) design;

d) produção mais limpa;

e) reciclagem de materiais e embalagens;

f) redução na geração de resíduos e seu respectivo gerenciamento;

g) ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;

h) mudanças climáticas e mercado de carbono;

i) zoneamento econômico-ecológico;

j) otimização do uso dos recursos hídricos nos produtos e processos industriais;

k) desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;

l) uso de biomassa como fonte energética pelas indústrias;

m) iniciativas para reduções de emissões de gases do efeito estufa no setor industrial; e

n) avaliação do ciclo de vida dos produtos industriais;

XI - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com ênfase no setor industrial;

XII - articular com organizações não governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais;

XIII - sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre arranjos produtivos locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados; e

XIV - avaliar o impacto de políticas nacionais ou internacionais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável sobre a competitividade da indústria brasileira, bem como subsidiar tecnicamente a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes ao tema.

Competência das Unidades – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

À Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável compete:

I – estudar e propor ações para reduzir os diferenciais de competitividade do setor produtivo brasileiro em relação aos Países mais desenvolvidos;

II – analisar as questões relacionadas com a integração do sistema produtivo brasileiro nos planos regional interno, regional externo e internacional, bem como apoiar a formulação da política de longo prazo do País, visando à inserção competitiva do sistema produtivo brasileiro na economia internacional;

III – orientar, acompanhar e criticar os estudos sobre cadeias produtivas e setores produtivos realizados, interna ou externamente, em articulação com órgãos com responsabilidade nesta área;

IV – participar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas aos setores produtivos em sua área de atuação;

V – apoiar as ações da Secretaria nas reuniões preparatórias e grupos de trabalho voltados para o exame de temas relacionados com a preparação ou implementação de acordos internacionais que envolvam os setores produtivos do País;

VI – participar das negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País, em sua respectiva área de atuação;

VII – definir a realização e utilização de estudos de caráter conjuntural e estrutural sobre o setor produtivo, realizados isoladamente ou em parcerias com órgãos públicos e privados de estatísticas, de pesquisa econômica aplicada, universidades e organismos internacionais;

VIII – produzir informes sobre a conjuntura econômica do País, centrados no setor produtivo;

IX – manter sistema de informações conjunturais e estruturais sobre o setor produtivo, articulado com sistemas de outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

X – coordenar o planejamento, implementação, avaliação e acompanhamento da execução das ações do Programa Brasileiro do Design;

XI – articular e apoiar projetos relativos a inserção do design com ênfase nos aspectos de agregação de valor aos produtos nacionais;

XII – dar suporte técnico e metodológico às ações, programas e políticas desenvolvidas no âmbito da Secretaria, em suas interfaces com a gestão do design e ambiental; e XIII – propor e articular ações voltadas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável dos setores da indústria.

À Coordenação –Geral de Investimentos compete:

I – realizar pesquisas e estudos sobre o comportamento dos investimentos no País com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas de atração de investimentos;

II – cooperar tecnicamente e intercambiar informações com as instâncias estaduais e municipais de promoção de investimentos, auxiliando os referidos órgãos no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;

III – efetuar estudos prospectivos de investimentos;

IV – sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações – RENAI, que possa fornecer ao potencial investidos e aos demais interessados na questão do investimento informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;

V – analisar e propor medidas voltadas para a redução de entraves ao investimento produtivo no País;

VI – promover ações de capacitação de agentes intervenientes na facilitação de investimentos;

VII – identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo; e

VIII – dar suporte à implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior nas questões relacionadas a investimentos.

À Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais compete:

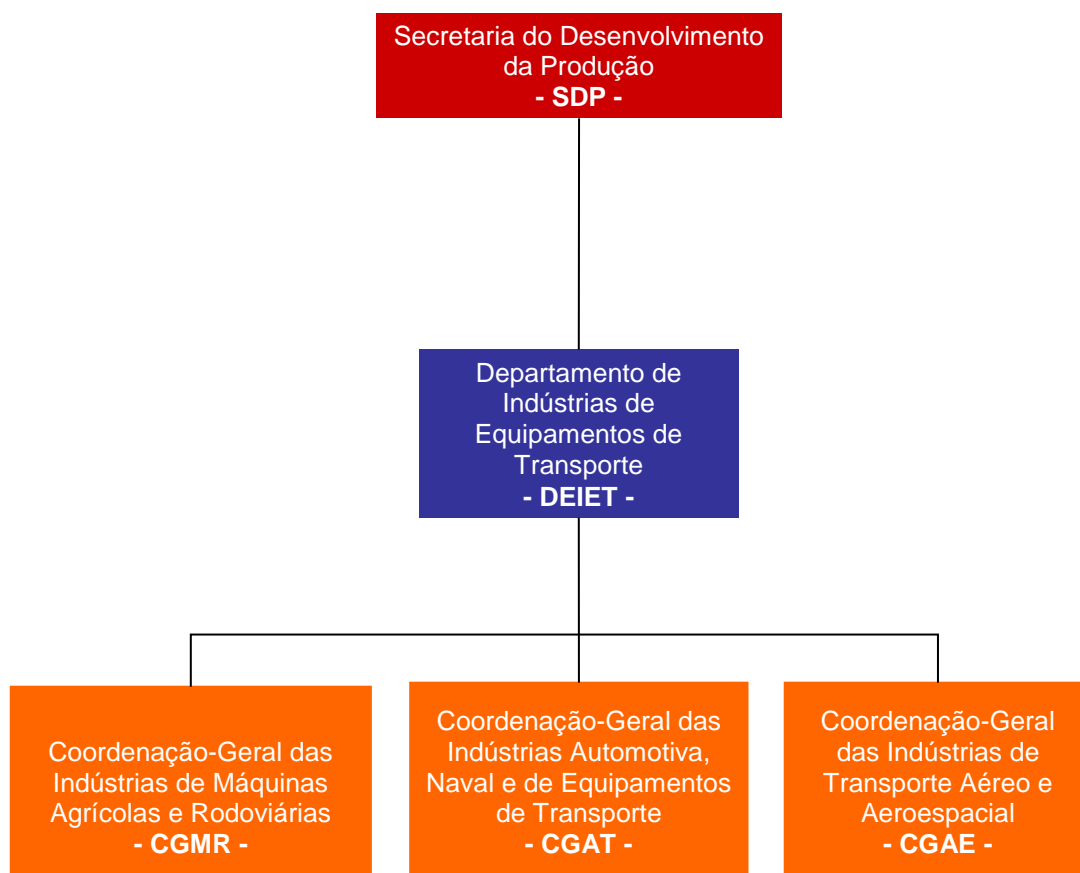
I – propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, com ênfase no setor industrial;

II – articular com organizações não-governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais;

III – sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre Arranjos Produtivos Locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados;

IV – avaliar e destacar as melhores experiências de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, que possam servir de subsídios para ações similares por parte de outros APL (s); e

V – dar suporte à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior nas questões relacionadas a Arranjos Produtivos Locais.



Ao Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte compete:

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos dos setores de indústrias de equipamentos de transporte, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo nacional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;
- II - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas com atuação nos setores produtores de biocombustíveis relativos à indústria de equipamentos de transporte;
- III - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores de indústrias de equipamentos de transporte;
- IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas à indústria de equipamentos de transporte;
- V - coordenar e acompanhar os programas do regime automotivo geral e regional; e
- VI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores de indústrias de equipamentos de transporte.

Competência das Unidades – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

À Coordenação-Geral das Indústrias Automotiva, Naval e de Equipamentos de Transporte compete:

I - coordenar os estudos, organizar o registro de reuniões e propor ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte;

II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas, com atuação nos setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte, para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA relacionados com os setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial nas indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte.

À Coordenação-Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias compete:

I - coordenar os estudos, a organização e o registro de reuniões e implementar ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias de máquinas agrícolas e rodoviárias;

II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas com atuação nos setores de máquinas agrícolas e rodoviárias para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores de máquinas agrícolas e rodoviárias, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores de máquinas agrícolas e rodoviárias;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA, relacionados com os setores de máquinas agrícolas e rodoviárias e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado e metas de desempenho setorial, nas indústrias de máquinas agrícolas e rodoviárias.

À Coordenação-Geral das Indústrias de Transporte Aéreo e Aeroespacial compete:

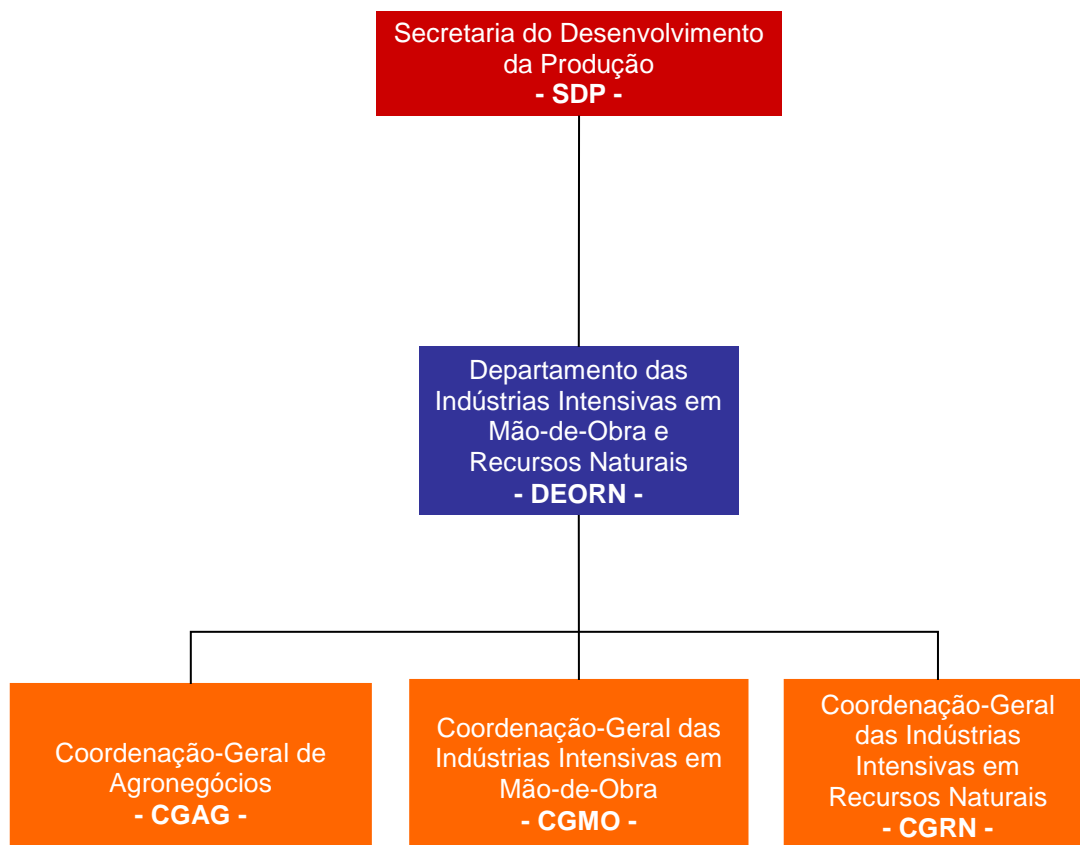
I - coordenar os estudos, organizar o registro de reuniões e propor ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial;

II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas, com atuação nos setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial, para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA relacionados com os setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial; e
VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial nas indústrias de transporte aéreo e aeroespacial.



Ao Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais compete:

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;
- II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores produtivos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais;
- III - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas às indústrias intensivas em mão-de-obra e recursos naturais; e
- IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais.

Competência das Unidades – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

À Coordenação-Geral de Agronegócios compete:

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos dos setores relacionados ao agronegócio, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas referentes ao agronegócio;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das cadeias produtivas referentes ao agronegócio;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das cadeias produtivas referentes aos agronegócios;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores relacionados ao agronegócio; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das cadeias produtivas referentes ao agronegócio.

À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra compete:

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos das indústrias intensivas em mão-de-obra, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas das indústrias intensivas em mão-de-obra;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das indústrias intensivas em mão-de-obra.

À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Recursos Naturais compete:

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos das indústrias intensivas em recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

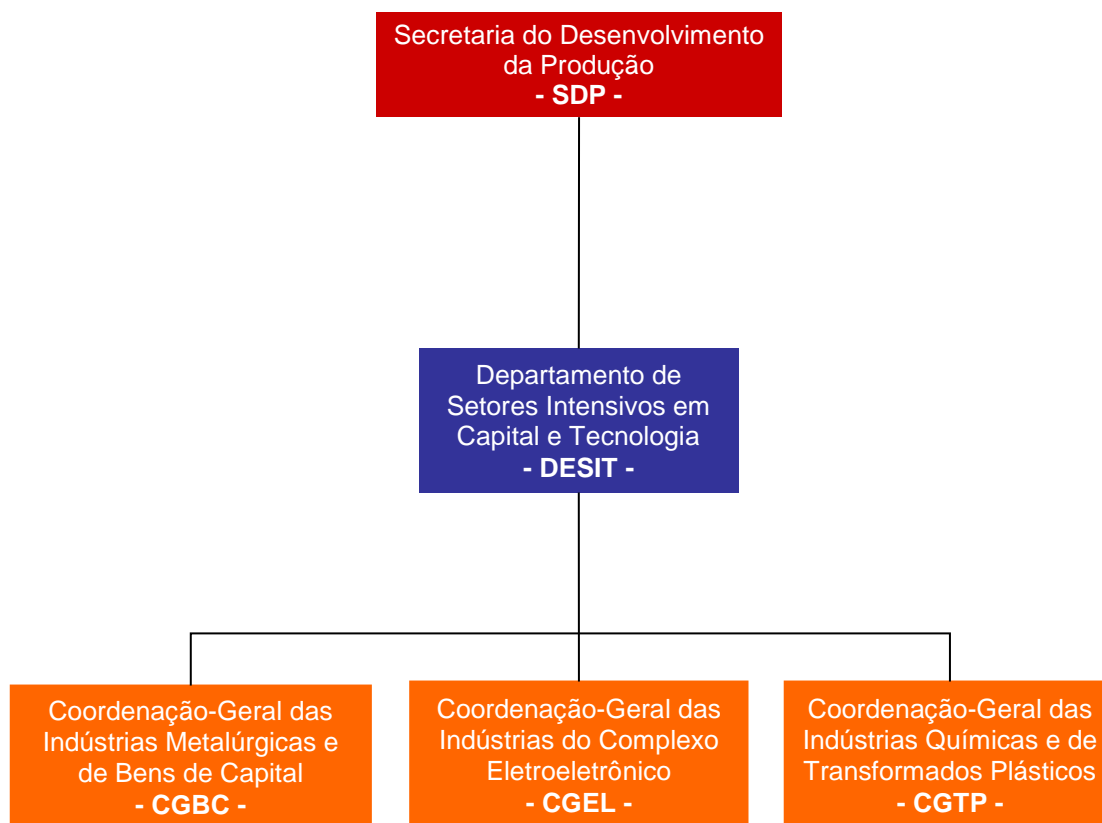
II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas das indústrias intensivas em recursos naturais;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações, no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das indústrias intensivas em recursos naturais.



Ao Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia compete:

I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em capital e tecnologia para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;

II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores intensivos em capital e tecnologia;

III - propor políticas e ações para estimular a substituição competitiva de importações nos setores intensivos em capital e tecnologia;

IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em capital e tecnologia;

V - realizar as análises dos pleitos de ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Extarifários - CAEX e apresentar ao GECEX proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;

VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;

- VII - coordenar a fixação ou alteração de Processo Produtivo Básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática;
- VIII - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;
- IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;
- X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico realizado por empresas incentivadas pela Lei de Informática; e
- XI - analisar, em conjunto com outros órgãos de governo, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

Competência das Unidades – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

À Coordenação-Geral das Indústrias Metalúrgicas e de Bens de Capital compete:

- I - formular propostas de políticas para o aumento da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital;
- II - realizar estudos e diagnósticos para subsidiar as propostas de políticas mencionadas no inciso anterior;
- III - articular com outras áreas de Governo e com a iniciativa privada, no sentido de transformar em ações as propostas destinadas ao desenvolvimento da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital; e
- IV - contribuir para a melhoria da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital.

À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico compete:

- I - elaborar e manter atualizados os relatórios de acompanhamento e controle referentes aos planos de ação em desenvolvimento; e
- II - preparar pareceres técnicos, por demanda de entidades externas ao Ministério, referentes ao setor das indústrias de alta tecnologia.

À Coordenação-Geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos compete:

- I - formular propostas de políticas para o aumento da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos;
- II - realizar estudos e diagnósticos para subsidiar as propostas de políticas mencionadas no inciso anterior;
- III - articular com outras áreas de Governo e com a iniciativa privada, no sentido de transformar em ações as propostas destinadas ao desenvolvimento da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos;
- IV - contribuir para a melhoria da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos, no mercado internacional;
- V - coordenar e acompanhar a execução dos programas destinados ao desenvolvimento das indústrias químicas e de transformados plásticos;
- VI - subsidiar a análise de alterações tarifárias, de ações *antidumping* relativas às indústrias químicas e de transformados plásticos;
- VII - desenvolver estudos técnicos que subsidiem a tomada de decisões, no âmbito do Ministério, pertinentes às indústrias químicas e de transformados plásticos;

- VIII - preparar pareceres técnicos, por demanda de entidades externas ao Ministério, referentes ao setor das indústrias químicas e de transformados plásticos; e
IX - analisar projetos de lei relativos às indústrias químicas e de transformados plásticos.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Embora, em primeiro lugar, não esteja diretamente ligado ao manejo de um instrumento de política pública específico, a **gestão do Plano Brasil Maior** é o principal macroprocesso da SDP, abrangendo boa parte do esforço de trabalho de sua equipe, inclusive de sua Secretária, que participa decisivamente de todos os foros superiores da política industrial com exceção do Conselho Nacional de Política Industrial, instância máxima da estrutura de governança do PBM (sobre a qual se pode obter informações detalhadas no próprio sítio do referido plano, em www.brasilmaior.gov.br). Essa participação se dá cotidianamente em uma função predominantemente passiva, na medida em que a SDP funciona como um tipo de câmara de ouvidoria e triagem das demandas das empresas, em particular das empresas industriais brasileiras. Por outro lado, mas estritamente relacionado a esse aspecto, a SDP é o órgão central de direção do governo na proposição e elaboração da política industrial, zelando e buscando aplicar as diretrizes e objetivos estratégicos do PBM na relação com os empresários e trabalhadores.

Em segundo lugar, há que se ter presente a natureza ampla e transversal da atual política industrial, o que resulta na participação ativa de mais de 30 diferentes órgãos não só do Sistema MDIC (como a ABDI, o BNDES e o Inmetro), mas também de outros ministérios (como a FINEP e a Secretaria-Executiva do MMA). Nesse sentido, trata-se de uma gestão compartilhada, mas, por assim dizer, “hegemonizada” pela SDP.

Essa característica fluida e em alguns aspectos difusa da política industrial brasileira atual dificulta a percepção de que há um plano ordenador geral claro que justifica tratar sua gestão como um macroprocesso particular que tem na SDP o elo essencial. Elemento decisivo para isso é o PBM ter partido de um mapa estratégico definido em alto nível no primeiro momento do governo atual, o qual definiu objetivos e metas ambiciosas, cujo atingimento permitirão colocar o país decisivamente no caminho de se converter em uma economia movida pela competitividade e pela inovação em menos de uma década.

Das 28 instâncias de formulação e articulação público-privada do PBM, a SDP só não participa de três. Apenas o BNDES está presente em mais Conselhos e Coordenações. No entanto, a SDP domina as funções de coordenação e vice-coordenação, com 14 instâncias. O quadro a seguir permite visualizar seu papel:

Instâncias	Coordena	Vice-Coordena	Participa	No. de Reuniões 2012
PG&N				9
Química				9
Saúde				2
Energias Renováveis				10
Móveis				10
Automotivo				7
Mineração				16
Construção Civil				7
Defesa				7
Agroindústria				9
BK				7
Metalurgia				10
Serviços Logísticos				10
TICs				16
HPPC				9
Serviços				9
Comércio				9
Calçados, Têxtil, Confecções Jóias				18
Celulose e Papel				9
Desenvolvimento Regional				5
Bem Estar do Consumidor				1
Desenvolvimento Sustentável				2
Inovação				4
Investimento				3
Comércio Exterior				2
Qualificação Profissional				3
Pequenos Negócios				6
Relações de Trabalho				13

1.5 Macroprocessos de Apoio

Ao longo de 2012, os esforços da SDP se deram em duas direções principais: a construção de “agendas estratégicas setoriais” e a elaboração e negociação das 65 medidas de política industrial, comercial e tecnológica já adotadas (desde agosto de 2011) paralelamente aos trabalhos dos Conselhos e Coordenações acima listados.

Embora essa segunda vertente tenha características de um macroprocesso em si mesmo, tal não é o caso. Primeiramente, porque o conjunto de decisões em que implica estão de tal forma difusos pela estrutura ministerial que o mesmo só poderia ser pensado como um macroprocesso do Governo como um todo. Mesmo assim, na medida em que as ações tomadas

baseiam-se fundamentalmente dos debates para a própria construção das agendas setoriais, as medidas já em curso seriam mais bem compreendidas como “extratos” das agendas cuja edição foi “adiantada” como forma seja de permitir uma avaliação prévia do provável impacto de ações mais amplas – caso das desonerações setoriais da folha de pagamentos – seja de contra-arrestar os efeitos perversos que a crise econômica internacional têm acarretado ao setor industrial brasileiro, sobretudo às empresas menores. Finalmente, as medidas já adotadas podem ser compreendidas como parte do único macroprocesso de “gestão do PBM” para a SDP porque a Secretaria avalia todas as medidas e as emendas a elas propostas segundo o crivo de sua adequação aos objetivos estratégicos do PBM.

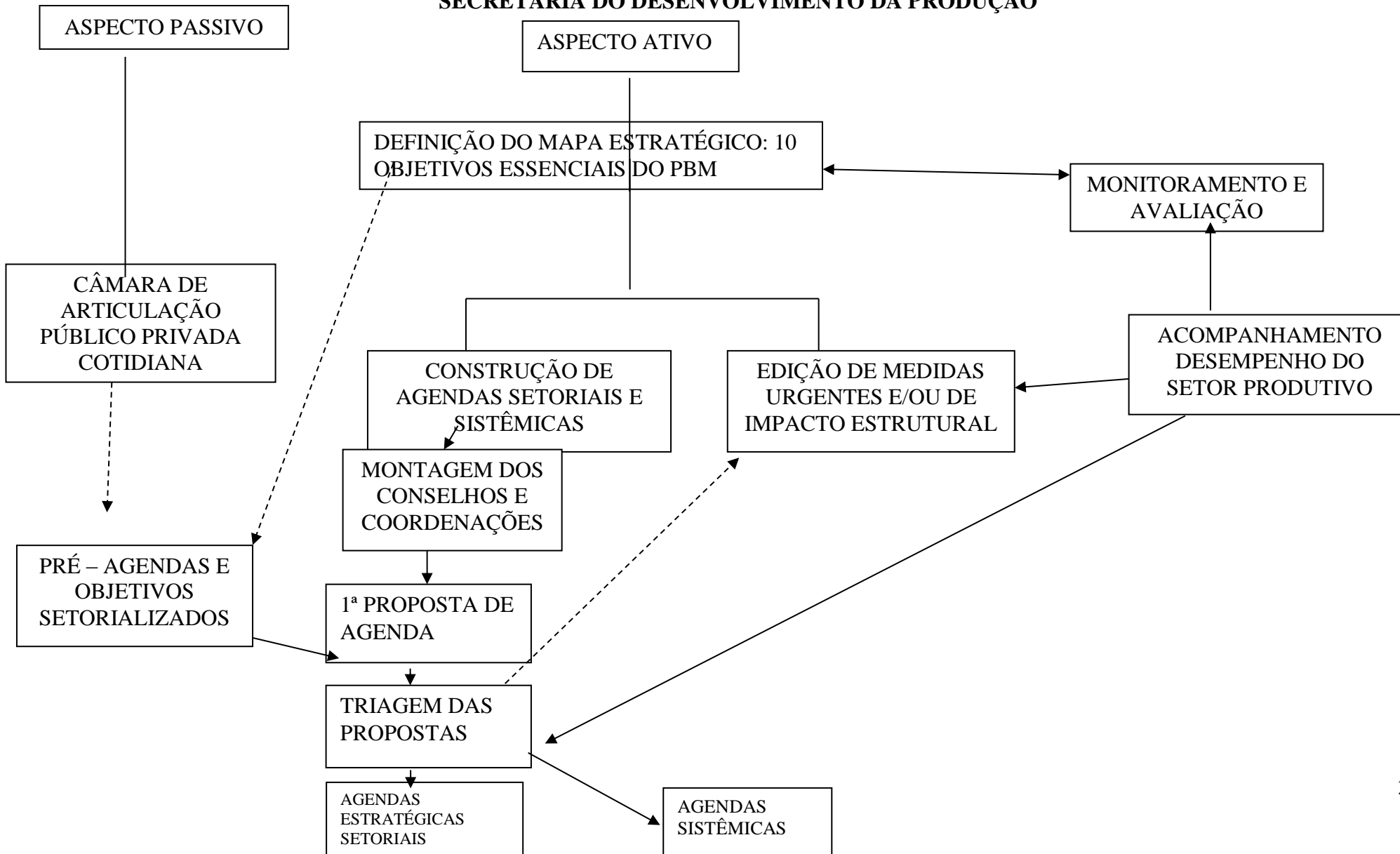
De forma mais estruturada e sistemática, a gestão do PBM implica além da recepção e mediação cotidiana de demandas do setor empresarial (a qual, como visto, é reativa), a formulação de agendas estratégicas em colaboração com trabalhadores e empresários. Esse processo implicou, primeiramente, um longo e complexo trabalho de desdobramento setorial dos objetivos gerais do Plano paralelamente à montagem dos Conselhos e Coordenações. Para se ter uma idéia, ao todo mais de 600 pessoas participam dos debates nessas instâncias. Em abril de 2012, a Presidenta Dilma Roussef deu posse a esses conselheiros, ao mesmo tempo em que anunciou um conjunto de medidas que adiantavam discussões já em andamento avançado, das quais a mais emblemática foi o Inovar-Auto, o qual está servido de modelo para parte importante das agendas setoriais que passaram a ser oficialmente elaboradas a partir desse momento.

Formados os dezenove conselhos e as nove coordenações sistêmicas, um intenso trabalho de debates internos foi iniciado. Mais de 1000 medidas foram propostas como fruto dos primeiros cinco meses de atividades, das quais resultaram, após igualmente intenso processo de negociação, à luz de uma avaliação baseada em provável impacto das propostas sobre os objetivos gerais do Plano, pouco menos de 300 propostas.

Em seu conjunto, a gestão do PBM pode ser descrita da seguinte forma:



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1.6 Principais Parceiros

Os parceiros para a execução dos macroprocessos foram: MCTI, Ministério da Fazenda, SUFRAMA, Apex-Brasil, BNDES, CNI, MME, Petrobras, MMA, MINC, INMETRO, INPI, FINEP e ABDI. Na iniciativa privada, todos os grandes players do país fazem parte dos Conselhos de Competitividade e, portanto, são parceiros no que tange ao Plano Brasil Maior.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Objetivo Estratégico (Mapa-13): Aumentar a Eficiência na Concessão de Incentivos Fiscais

Unidade Supervisora do Objetivo: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Foco de Atuação do Objetivo:

- 1. Aprimoramento do marco legal;*
- 2. Modernização e Tecnologia;*
- 3. Redução dos prazos;*
- 4. Qualificação de mão-de-obra.*

Contextualização:

O Governo brasileiro dispõe de instrumentos fiscais capazes de impulsionar significativamente o investimento produtivo e a agregação de valor. Contudo, há amplo espaço para aproveitá-los de forma mais arrojada, bem como para aumentar a presteza na análise e na concessão dos pleitos a seus requerentes.

Enunciado:

Reduzir os prazos de concessão dos benefícios fiscais.

Problema-síntese:

Ex-tarifário: A indústria brasileira de bens de capital não consegue produzir todas as máquinas e equipamentos no prazo para atender ao mercado brasileiro.

PPB: Existem estágios de processos produtivos para os quais a indústria brasileira é tecnologicamente capaz, mas os custos são excessivos para torna-los competitivos no mercado.

Pontos Críticos:

- Aprimoramento da legislação;
- Ampliação e qualificação do quadro de pessoal;
- Melhoria de gestão dos processos;
- Tecnologia e integração dos sistemas;
- Facilitação do acesso às informações dos processos, pelos demandantes dos benefícios.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

O planejamento inicial foi idealizado para vigorar durante 4 (quatro) anos, mas existe a revisita a todo o conteúdo, com atualizações diversas, anualmente. Sendo assim, as respostas abaixo corresponderão ao período de 1 (um) ano, circunscritas aos resultados obtidos em 2012.

O Planejamento Estratégico consolidado em 2011 e executado em 2012, esteve alinhado às competências constitucionais, legais e normativas do MDIC, que tem como área de competência os seguintes assuntos:

- *Política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;*
- *Propriedade intelectual e transferência de tecnologia;*
- *Metrologia, normalização e qualidade industrial;*
- *Políticas de comércio exterior;*
- *Regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;*
- *Aplicação dos mecanismos de defesa comercial e participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;*
- *Apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato;*
- *Execução das atividades de registro do comércio. Propriedade intelectual e transferência de tecnologia;*
- *Metrologia, normalização e qualidade industrial;*
- *Políticas de comércio exterior;*
- *Regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;*
- *Aplicação dos mecanismos de defesa comercial e participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;*
- *Apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato;*
- *Execução das atividades de registro do comércio.*

Esta Secretaria está inserida no contexto do Planejamento Estratégico atuando no tema: Racionalizar e simplificar os aspectos de competência do MDIC com foco na redução do Custo Brasil e à melhoria do ambiente de negócios.

Diretrizes estratégicas relacionadas:

- *Racionalização de Normas, Procedimentos e Sistemas de Comércio Exterior;*
- *Aumento da Eficiência na Concessão de Incentivos Fiscais.*



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

O PPA foi ajustado e focado em ações estratégicas conforme descrição:

Como era		Como ficou		
Programa	Ação	Programa	Ação	
0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	2374 – Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte	PT 2055 Desenvolvimento Produtivo	20R6 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais	
	2814 – Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais		-	
	6659 – Extensão Industrial Exportadora - PEIEx		6659 – Extensionismo Industrial e Empresarial	
0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas	2768 – Fortalecimento das Cadeias Produtivas		2768 – Gestão da Política Industrial	
	2272 – Gestão e Administração do Programa		-	
	8922 – Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas		-	
	2505 – Inserção do Design nos Setores Produtivos		-	
	9541 – Implantação de Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos		-	
			2121 – Gestão e Manutenção do MDIC	2000 - Administração da Unidade
0411 – Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	2692 – Fiscalização de Processo Produtivo Básico – PPB - para Bens de Informática			
0355 – Promoção das Exportações	6672 – Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional			

Além disso, as ações foram redefinidas para serem associadas ao Plano Brasil Maior:

- *A ação de fiscalização de PPB foi ampliada para permitir a inclusão de outros setores.*
- *A ação de “Gestão da Política Industrial” abarca um amplo leque de atividades-meio, em particular as relacionadas ao PBM e ao Observatório da Indústria.*
- *A ação de extensionismo foi redirecionada para o aumento de conteúdo local em atividades finalísticas.*
- *A ação de Apoio a APLs e Cadeias permitiu cobrir casos intermediários em atividades de apoio direcionadas.*

As ações planejadas para atingimento do objetivo foram as seguintes:

- *Aprimoramento da legislação – essa ação era crucial para se alcançar a excelência na gestão dos pleitos e no resultado.*



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Algumas mudanças foram proporcionadas, o processo ainda não foi concluído; aguarda-se resultado de estudos com relação ao impacto.

- *Ampliação e qualificação do quadro de pessoal - Um concurso público foi realizado em 2012, mas como é de conhecimento de todos, faz-se necessário um tempo razoável entre a elaboração do concurso e a contratação propriamente dita. Sendo assim, o impacto do ingresso de pessoas será sentido somente em 2013.*
- *Melhoria de gestão dos processos – Os processos e fluxos foram estudados e replanejados, o que melhorou consideravelmente os prazos existentes. Vale ressaltar a redução do prazo de processamento de PPBs, de 210 para 120 dias e do prazo de avaliação dos pedidos de habilitação de empresas, de 240 para 120 dias.*
- *Tecnologia, integração e desenvolvimento dos sistemas – Em 2012, iniciou-se o desenvolvimento do Plataforma CAIRU, que é a informatização de todo o processo de envio dos pleitos, análise, consulta pública e concessão. O impacto desta mudança de paradigma será sentido apenas em 2013, pois no ano de 2012 iniciou-se o processo de desenvolvimento do sistema, um projeto inovador que envolve o MCTI e a Receita Federal. O MDIC foi o idealizador, formulador e realizador de toda a ideia e implementação que, em razão do envolvimento desses órgãos, vem demandando tempo, negociação com outros órgãos federais, além da necessidade de provisão de recursos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento.*
- *Facilitação do acesso às informações dos processos, pelos demandantes dos benefícios. O desenvolvimento da Plataforma Cairu terá este objetivo, mas em 2012 a facilitação do acesso as informações ocorreu mais devido a melhoria dos processos internos do que a qualquer ferramenta nova de ordem tecnológica. O empresário passou a ter um contato direto, por e-mail ou telefone, com os técnicos da áreas responsáveis (PPB e Ex-tarifário).*

Para o atingimento do objetivo proposto a maior dificuldade enfrentada se refere ao quadro de pessoal. A equipe ainda é muito enxuta para o número de pleitos; foi necessária uma adequação e melhoria dos processos e durante o ano de 2012, os fluxos foram mapeados e revistos.

Durante as reuniões semanais de Diretores e Coordenadores-gerais com a Secretária Heloisa Menezes, os resultados das melhorias ocorridas foram divulgados. Aliás, vale ressaltar que todas as melhorias e atingimento de objetivos eram apresentados nestas reuniões.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

E, ainda, para o alcance dos objetivos estratégicos, estabeleceu-se:

- *Reuniões internas com a equipe que trabalham diretamente com os pleitos, com a finalidade de compartilhar e minimizar o seu impacto no nível operacional;*
- *Mudança de cultura das respectivas áreas – PPB e Ex-tarifário - ideias inovadoras exigem mudança na forma de agir e pensar. Isso com certeza exige tempo e perseverança dos gestores envolvidos. O ano de 2012 foi especialmente dedicado à aplicação de novos procedimentos para agilizar o processo apenas no âmbito interno.*

Resultado das ações planejadas:

Meta	Realizado. 2011	Realizado 2012	Resultado Obtido
Aumento no número de novos PPB	13	25	ok
Redução no percentual de PPB alterado sobre o número total de PPB processado (fixações + alterações) ¹	75%	75%	ok
Redução do prazo de processamento de PPB (da entrada do pedido até a publicação da decisão, excluído o tempo usado pelas empresas para atenderem a diligências)	210	120	ok
Redução do prazo de avaliação dos pedidos de habilitação de empresas (da entrada do pedido até a publicação da decisão, excluído o tempo usado pelas empresas para atenderem a diligências)	240	120	ok
Aumento do número de empresas fiscalizadas ²	30	60	ok

Todas as metas foram alcançadas e algumas ultrapassadas. O objetivo estratégico está sendo atingido, conforme o planejamento proposto.

¹ Contempla uma revisão dos principais PPB nos anos de 2012 e 2013, à luz da nova metodologia, prevendo que a partir daí eles sejam menos alterados, por serem mais flexíveis e capazes de absorver mudanças conjunturais nos ambientes econômicos e de produção.

² Contempla fiscalizações presenciais e não-presenciais.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

2.1 Planejamento das Ações da Unidade

Prioridades estratégicas da SDP para 2012:

- gestão do PBM
- elaboração de regimes tributários especiais;
- criação de programas para a capacitação de fornecedores em alguns setores;
- reformulação dos sistemas de concessão de ex-tarifários para bens de capital e de processos produtivos básicos para bens eletroeletrônicos ou para a Zona Franca de Manaus;
- consolidação da segunda geração da política de APLs; e
- interação com o “*plano indústria*” da política nacional de mudanças do clima.

No que segue, esclarecemos melhor do que tratam e, quando cabível, as metas referentes a cada um desses conjuntos de ações.

A agenda de trabalho da SDP em 2012 foi profundamente imbricada com a execução **Plano Brasil Maior – PBM**. A Secretaria participou de todas coordenações sistêmicas e de todos conselhos setoriais de competitividade, dos quais coordenada ou vice-coordena 16, ao mesmo tempo em que participou ativamente do Grupo Executivo (GEPBM), inclusive em seus grupos técnicos de assessoramento (GT-gestão e GT-estratégico). Em conjunto com a ABDI e o BNDES, a SDP foi a responsável pela gestão desse plano, sobretudo nos aspectos referentes a sua formulação, articulação e monitoramento.

O próprio calendário do PBM definiu uma etapa importante da agenda de trabalho da SDP no primeiro semestre de 2012: a **formulação de agendas setoriais e de agendas sistêmicas**. A intenção foi contar com versões iniciais de todas essas agendas até maio, mês em que as mesmas seriam submetidas ao CNDI.

Era particularmente importante que os conselhos setoriais dos chamados Bloco 1 e Bloco 2, que reúnem as cadeias com elevada capacidade de estimular o investimento e a mudança tecnológica, completassem suas agendas setoriais. Após aprovadas, as medidas propostas em seu âmbito, foram negociadas com os demais órgãos como prioridades estruturantes da política industrial. Essas atividades concentraram a maior parte dos esforços de gestão do PBM no segundo semestre daquele ano.

Independentemente do conteúdo dessas agendas, alguns instrumentos de fomento ao desenvolvimento industrial setorial encontraram-se em avançado estágio de discussão ou mesmo de implementação, compondo regimes setoriais especiais. Cabe destacar entre estes o **RETID** – voltado para a indústria de equipamentos de defesa, plasmado na MP 544/11, já em tramitação e cujo decreto de regulamentação já está sendo discutido. O **novo Regime Automotivo** – regime progressivo de estímulo à inovação, insumos estratégicos, eficiência energética e segurança para novos investimentos de empresas entrantes e já estabelecidas. Além disso, tivemos a reformulação



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

dos incentivos para TICs, do **PADIS** e o **PATVD** – e a criação de um regime especial para parte da cadeia de equipamentos de comunicação – o **REPNBL**.

Frente aos novos desafios decorrentes dos crescentes investimentos na cadeia de Petróleo & Gás foi elaborada, em conjunto com outros órgãos de governo, proposta de aprimoramento do REPETRO visando ao aumento do conteúdo nacional. Para incrementar a competitividade da indústria química foi proposta a criação de um Regime Especial REIQ (investimento e inovação) que alcança desde a produção de fertilizantes e petroquímicos até fármacos.

Ainda de forma independente, mas fortemente relacionado aos objetivos estratégicos do PBM, a SDP liderou iniciativas para a **qualificação de fornecedores e a viabilização do aumento do conteúdo nacional nas cadeias de PG&N e automotivo**.

No âmbito de Petróleo, Gás e Naval:

- Convênio MDIC-ABDI com o objetivo de ampliar o número de empresas nacionais com padrões de gestão e tecnologia internacional certificada para atender as demanda da cadeia de petróleo, gás, offshore e naval. A meta foi atender 3 estados (BA, MG e PE).
- Memorando de Entendimento MDIC-Petrobras-ABDI (firmado em fevereiro de 2012) com o objetivo de implementar projetos da Rede de Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras. Será dada prioridade à execução dos seguintes projetos:
 - *Gestão e integração dos projetos e ações do programa.*
 - *Sistematização de procedimentos para atuação em polos empresariais e APLs emergentes e dinâmicos de petróleo e gás.*
 - *Desenvolvimento e integração de polos industriais e de serviços associados à indústria de petróleo e gás.*
- Catálogo Navipeças: O projeto buscou desenvolver e fortalecer parcerias entre fornecedores e clientes da cadeia de petróleo, gás e naval. Também objetivou implantar sistema de realidade virtual que permita aos clientes uma melhor visualização dos produtos fabricados pelos fornecedores.

No âmbito de autopeças, um conjunto consistente de medidas ainda se encontra em estágio incipiente. De fato a meta, que se impõe, é a própria criação de um programa para o desenvolvimento do segmento de autopeças. Neste programa será necessário que se aprofunde o diagnóstico de modo a detectar as reais necessidades dos elos que estão no início da cadeia produtiva e que se estabeleçam linhas de ações/projetos para solucionar os pontos fracos da cadeia, bem como, o estabelecimento das metas e do método e formas de acompanhamento. Espera-se que essa seja uma das pautas com que se defrontará o conselho setorial do complexo automotivo. A presença do Sindipeças neste contexto é um importante indicativo de sua pertinência e viabilidade.

Outra prioridade da SDP em 2012 foi a melhoria na gestão de incentivos fiscais sob sua governança, quais sejam: **a concessão de ex-tarifários para importação de bens de capital e de processos produtivos básicos para “bens de informática”** em todo o país e dos demais produtos na **ZFM**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Um passo importante para aprimorar um desses mecanismos foi dado com a inclusão na CAEX – colegiado responsável pela concessão dos ex – do BNDES. O Banco vem trabalhando no sentido de ampliar a discussão de utilização do Regime de Ex-Tarifário como subsídio para o desenvolvimento da produção competitiva de Bens de Capital e o de auxiliar nas análises e avaliações dos pedidos apresentados – utilizando-se o banco de dados do FINAME. Adicionalmente, a SDP pretende implantar uma plataforma de Gestão de informação, visando aprimorar e tornar mais célere o processo de análise, controle e monitoramento dos pleitos para a concessão do Regime.

No que diz respeito à concessão de PPBs, a SDP busca uma maior agilidade – o prazo legal nunca esteve próximo de ser cumprido, por dificuldades de toda ordem, em particular pela grande diferença de complexidade entre os diversos processos produtivos em produtos eletrônicos – por meio de informatização das rotinas administrativas, mas uma reformulação ao menos parcial do próprio sistema de concessão está na ordem do dia.

Os PPBs são instrumentos importantes para alavancar o aumento do conteúdo nacional na cadeia produtiva em que o País vem apresentando problemas mais crônicos de déficit comercial. A meta nesse caso é, portanto, rever os marcos legais nos quais funciona o sistema de concessão atual.

No que diz respeito ao desenvolvimento de plataforma de gestão de concessão de incentivos fiscais, a meta é a implantação de uma solução única baseada em um sistema de informação flexível (capaz de atender genericamente a qualquer tipo de incentivo fiscal), robusto (que demande um grau mínimo de manutenção para seu funcionamento) e focado no cliente (operando com premissas como *paperless*, tramitação eletrônica de documentos com assinatura digital e acompanhamento em tempo real). Esta será concluída em 2013.

Um dos projetos estratégicos da SDP em 2012 foi avançar rumo à implantação da chamada “segunda geração” de políticas de APLs. Cabe atualmente à Secretaria coordenar o Fórum Nacional de APLs, ao mesmo tempo em que atua nas ações de extensionismo industrial e empresarial. No âmbito dessas atribuições, foram metas para 2012: a capacitação de 27 gestores/multiplicadores em APL, a implementação do observatório nacional de APLs e a proposição de uma nova política nacional de APLs (de “segunda geração”), todas em execução.

A SDP cumpre, por atribuição regimental, a tarefa de interagir com outras políticas nacionais com elevada interface com a política industrial. Além daquelas que fluem para as coordenações sistêmicas do PBM – a de inovação tecnológica, de comércio exterior e de educação, sobretudo – cabe destaque especial à política ambiental e de desenvolvimento regional.

No que diz respeito à relação Política Industrial-PI e política ambiental, o foco é o “Plano indústria” da Política Nacional de Mudanças do Clima. O principal objetivo do Plano Indústria no período 2012-2020 será a manutenção da eficiência em emissões específicas dos setores que estão em boa posição na comparação internacional, a criação de estrutura para monitoramento, relato e verificação de emissões de GEE, para promover reduções de emissões com ganhos de competitividade em toda a indústria.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

De forma mais estruturada e sistemática, a gestão do PBM implicou em 2012, além da recepção e mediação cotidiana de demandas do setor empresarial (a qual, como visto, é reativa), a formulação de agendas estratégicas em colaboração com trabalhadores e empresários. Esse processo implicou, primeiramente, um longo e complexo trabalho de desdobramento setorial (para os dezenove conselhos setoriais) dos objetivos gerais do Plano paralelamente à montagem dos Conselhos e Coordenações. Em abril de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff ao dar posse a esses conselheiros, anunciou um conjunto de medidas que adiantavam discussões já em andamento avançado, das quais a mais emblemática foi o Inovar-Auto, o qual está servido de modelo para parte importante das agendas setoriais que passaram a ser oficialmente elaboradas a partir daquele momento.

Plano Brasil Maior – Política Industrial

No que diz respeito à gestão da política industrial, o ano de 2012 foi marcado por intensa atividade, decorrente da instalação do conjunto de 19 Conselhos de Competividade Setorial, e de 9 Coordenações Sistêmicas, que formam a base da estrutura de governança do Plano Brasil Maior (PBM).

Mais de 1000 medidas foram propostas como fruto dos primeiros cinco meses de atividades, das quais resultaram, após igualmente intenso processo de negociação, à luz de uma avaliação baseada em provável impacto das propostas sobre os objetivos gerais do Plano, pouco menos de 300 propostas.

Crescimento Inclusivo

As ações de política industrial tendem a ter um impacto significativo sobre a inclusão social por meio da geração de emprego e renda. É conhecido que apesar de 2012 ter sido um ano de pouco dinamismo, sobretudo do investimento, as empresas têm evitado demitir mesmo com aumentos importantes de capacidade ociosa e redução da lucratividade em alguns setores. Apesar disso, o nível de emprego tem sido preservado. Em particular, há evidências de que o deslocamento da base tributária dos encargos trabalhistas da folha de pagamentos para o faturamento tem afetado o emprego de forma significativa.

A política nacional de APLs, contudo, é a ação da SDP que tende a ter maior impacto na base da pirâmide social. Embora seja consensual a importância dessa política para a inclusão produtiva, um dos itens mais relevantes de sua agenda é exatamente a constituição de uma base de informações segura e atualizada sobre o número e a extensão dos APLs existentes no Brasil (que se contam, nas hipóteses mais conservadoras, às centenas), em particular por intermédio do Observatório dos APLs.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Finalmente, cabe destaque ao regime automotivo, que permitiu uma descentralização significativa das atividades das grandes montadoras, em direção a regiões de menor densidade econômica e maior exclusão social. Pode-se estimar que as renúncias fiscais referentes a essa política gerou, entre outros resultados, 21,9 mil empregos diretos nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em que pese uma provável redução no montante de renúncias fiscais decorrentes dessa ação.

O grande gargalo da SDP é a falta de pessoal. Em 2012, o acompanhamento da Política Industrial foi intenso e dinâmico, frente a um reduzido quadro de pessoal.

O segundo maior gargalo é o reduzido orçamento para implementação de projetos e programas mais sólidos e contínuos, que possam surtir resultados mais efetivos. Mesmo com esta limitação, foi possível a planejar o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para grandes players, fortalecendo a cadeia produtiva de vários setores. Sem parceria com as vinculadas e com outros entes, seria impossível tais implementações.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Em 2012 um conjunto de medidas estruturantes foi anunciado, com destaque para as desonerações da folha de pagamentos de diversos setores e segmentos produtivos e o lançamento de um novo e arrojado regime automotivo, o Inovar-Auto. No total, desde o anúncio do PBM, 63 medidas já foram anunciadas, das quais 49 já estão sendo operacionalizadas. Quando todas essas ações estiverem em curso, o Governo estará reduzindo impostos em prol da inovação tecnológica e do aumento da competitividade de nosso parque produtivo em quase 10% de toda carga tributária líquida federal.

Embora a gestão desses recursos e das renúncias fiscais que os determinam esteja a cargo da RFB, as medidas referidas foram elaboradas ou diretamente beneficiadas pelos debates e propostas formuladas no âmbito dos Conselhos de Competitividade e Coordenações Sistêmicas, ao longo de 222 reuniões. O MDIC coordena ou vice-coordena todas essas instâncias, sobretudo por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento da Produção, que responde por 16 delas.

O Balanço Executivo do PBM informado ao órgão superior do referido Plano (o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI) ao final de 2012 evidenciou uma evolução muito favorável dos 10 indicadores nos quais foram estabelecidas as metas do PBM. Apenas um deles teve evolução desfavorável computada (referente à taxa de investimento), enquanto o de exportações provavelmente apresentou involução apenas em 2012 (as estimativas preliminares mostram estagnação relativamente a 2010), e outro é de apuração muito defasada, não sendo ainda conhecido como se apresentou em 2011 e 2012. Em todos demais indicadores foi reportado desempenho favorável, na maioria das vezes em velocidade superior à necessária para o atingimento das metas (fixadas em 2014).

No que diz respeito à gestão dos instrumentos que concorreram para a obtenção desses resultados, o MDIC é responsável majoritário por três deles.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Ex-tarifário

O Regime de Ex-tarifário é uma ação não orçamentária que visa estimular os investimentos destinados à ampliação e reestruturação do setor produtivo nacional de bens e serviço, por meio de redução temporária da alíquota do imposto de importação de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT) que não contem com produção nacional equivalente. Desde a sua implantação (2001) os 15 (quinze) setores que mais se beneficiaram com esse mecanismo foram: Alimentício; Bens de Capital; Químico; Farmacêutico; Gráfico; Petróleo; Serviços; Distribuição e Geração de Energia; Mineração; Siderúrgico; Papel e Celulose; Automotivo; Autopeças; Ferroviário e Embalagens.

Concessões e Investimentos

	Investimentos em Bens Importados (US\$) A	Investimentos Globais Vinculados (US\$) B	Pleitos Aprovados	% A/B
2007	2.617.215.103	11.059.235.382	1.210	23,67
2008	5.102.536.604	20.381.420.339	1.794	25,04
2009	5.313.685.273	51.588.129.947	1.836	10,30
2010	4.102.896.777	27.115.437.853	1.869	15,13
2011	5.620.445.980	41.586.590.310	2.847	13,52
2012	6.781.833.270	45.064.520.199	2.864	15,05

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP/MDIC)

PPB e PADIS

O Processo Produtivo Básico (PPB) foi definido pela Lei 8.387/91 como sendo um “conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto”. A Coordenação das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico (CGEL) é responsável pela coordenação do Grupo Técnico de análise de Processo Produtivo Básico (GT-PPB), instituído pelo Decreto 3.800/11, porém atuando desde 1993. Participam também do GT-PPB o MCTI e a Suframa. A utilização de incentivos fiscais vinculados ao PPB é responsável pela instalação ou permanência no Brasil de muitos empreendimentos industriais.

Os PPBs são fixados ou alterados através de Portaria Interministerial MDIC/MCTI. Entre 2007 e 2012 foram publicadas 466 portarias de PPB. Por tipo de portaria, 142 foram para fixação de novos PPBs e 324 alteravam PPBs já existentes. Por área de atuação, 349 foram relativas a bens industrializados na Zona Franca de Manaus (ZFM) e 117 para bens de informática. No ano de 2012 foram publicadas 80 portarias, um aumento de 63% em relação a 2011, quando foram publicadas 49. Por tipo de portaria, 15 foram para fixação de novos PPBs e



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

65 alteravam PPBs já existentes. Por área de atuação, 59 foram relativas a bens industrializados na ZFM e 21 para bens de informática. Entre 2007 e 2012, 917 pleitos de habilitação foram aprovados, dos quais 149 em 2012.

A tabela a seguir individualiza estes números:

2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
121	233	191	156	67	149	917

Número de empresas habilitadas por ano

A atividade de fiscalização dos PPBs está estabelecida no Plano Plurianual do Governo Federal (ação 2692). Entre 2007 e 2012 foram realizadas 196 fiscalizações. Em 2012 foram realizadas 40 fiscalizações, um aumento de 30% em relação a 2011.

Em 2012 iniciou-se uma melhoria na inteligência pré-fiscalização e a possibilidade de fiscalizações não presenciais como forma de mitigar esta limitação, com o objetivo de chegarmos a fiscalizar 10% do universo de empresas habilitadas. De 2011 para 2012, aumento de 81% (11 para 20) do número de fiscalizações de com detecção de irregularidades (Regular com ressalvas e Irregulares) já é reflexo das novas metodologias de triagem.

É importante destacar, também, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, instrumento que se alinha com a política de informática e o PPB. O PADIS teve apenas três projetos aprovados em 2010 e nenhum em 2011. Já em 2012, foram aprovados sete projetos, com investimentos estratégicos para o País.

Regime Automotivo

Outro importante conjunto de instrumentos cuja gestão cabe fundamentalmente à SDP é o que cerca o chamado Regime Automotivo. Com o lançamento do Inovar-Auto em meados de 2012, esse papel foi ampliado.

Em 14 de dezembro de 2011, o artigo 5º da Lei nº 12.546, estabelecia que as empresas fabricantes, no País, de veículos, poderiam usufruir da redução das alíquotas do IPI, com o objetivo de estimular a competitividade, a agregação de conteúdo nacional, o investimento, a inovação tecnológica e a produção local – o **Regime Automotivo 2012**, o qual foi regulamentado pelos Decretos nº 7.567, de 15 de setembro de 2011, e nº 7.604, de 10 de novembro de 2011. Atendendo às disposições, foram protocolizados neste Ministério 24 processos solicitando a habilitação. Destes, foram habilitadas 19 empresas fabricantes de veículos, com vigência da habilitação até 31 de dezembro de 2012. Posteriormente, em 17 de setembro de 2012, os artigos 40 a 44 da Lei nº 12.715, instituíram o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - Inovar-Auto (Regime Automotivo 2013-2017), regulamentado por meio do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, com vigência até 31 de dezembro de 2017.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Os beneficiários, para participar do Regime, devem atender a um conjunto de requisitos compulsórios e eletivos. No que se refere especificamente aos processos de habilitação, foram protocolizados neste Ministério 45 requerimentos de habilitação ao **Inovar-Auto**: 20 requerimentos de fabricantes; 16 de importadores; e 9 de projetos de investimento. Os 9 projetos de investimento apresentados – Nissan, JAC, BMW, Chery, MMC, DAF, CAO, e Schacman - totalizam uma previsão de investimentos na ordem de R\$ 5,73 bilhões em ativos fixos, com incremento da capacidade instalada de produção da ordem de 487,7 mil veículos.

Já com vistas ao início da implementação desse Plano, foram firmados, em 2012, 2 convênios, para execução de projetos de fortalecimento, qualificação e desenvolvimento de fornecedores locais do setor de autopeças para a indústria automotiva, com recursos oriundos da Ação Orçamentária 6659: Extensionismo Industrial e Empresarial do Programa 2055: Desenvolvimento Produtivo, atividade de implementação descentralizada.

APLs

Finalmente, como participante na gestão de outras políticas nacionais, cabe destaque especial ao papel da SDP na Política nacional de APLs, por intermédio da CGAL (Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais). Em 2012, a Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais (CGAL) realizou diversas ações voltadas aos APLs:

- Lançou a 2ª Geração de Políticas para APL tendo como base a convergência com 3 Programas: I) Plano Brasil Maior - PBM, com foco na inovação; II) Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, com foco na inclusão produtiva; e III) Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, com foco na redução das desigualdades regionais.
- Lançou o Observatório Brasileiro de APL, composto por 3 plataformas – um Banco de Dados Nacional, um Portal de Internet e uma Rede Social – cujo objetivo principal é ampliar a interação entre os atores dos diferentes níveis de governança. Realizou capacitação de membros de Núcleos Estaduais e do GTP-APL para inserirem dados no banco e na Rede Social.
- Lançou o Estudo de Taxonomia e Indicadores, com a proposta de um Sistema de Classificação para a Formulação, Execução e Avaliação de Políticas para APLs.
- Participou, em 26 Unidades da Federação, das Conferências Estaduais de Desenvolvimento Regional, coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), apresentando o Plano Brasil Maior (PBM) e, em parceria com a ABDI, a proposta de Territorialização do PBM.
- Elaborou, no âmbito do Comitê Temático de Capacitação/GTP- APL, o Plano Nacional de Capacitação em Gestão de APLs, o qual será lançado 2013 simultaneamente ao lançamento da turma piloto de multiplicadores em gestão de APLs. A ação orçamentária de Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas apoia projetos de construção de infraestrutura para instalação de empresas. A execução da ação é descentralizada, via convênios, aos entes subnacionais, cujos recursos são originários de



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

emendas parlamentares. No ano de 2012 a área técnica analisou o aprovou 16 projetos, perfazendo um repasse no valor de R\$ 6.100.000,00, com a finalidade de construção de 20 Barracões Industriais para geração de emprego e renda.

- *Na área da cooperação internacional, coordenou ações no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia: 1) lançou o Estudo de Perspectivas de Cooperação Técnica Cluster-Cluster, 2) realizou a Missão de Estudos sobre Governança de Arranjos Produtivos Locais no Brasil, 3) apresentou o Diagnóstico de Integração de Dados e Ferramentas dos Observatórios brasileiro e europeu, 4) organizou o 1º Workshop de Cooperação Cluster-Cluster Brasil e U.E.; e no âmbito da Cooperação APL/Poles de Competitivité Brasil-França: organizou, em parceria com a Ubifrance, 3 Encontros entre empresários e governança de APLs e Polos do Brasil e da França, dos setores Metalomecânico, Naval, Petróleo e Gás.*

Desenvolvimento Sustentável

Adicionalmente, em linha com a diretriz de sustentabilidade da política industrial nacional, a SDP interage com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e com a diretriz de agregação de valor, com o Programa Brasileiro de Design, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Estudos e Análises da Competitividade (CGACDS).

A CGACDS participou ativamente da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - coordenando grupo técnico para definir os parâmetros para criação de sistema de logística reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos e participando de diversos grupos de trabalho instituídos para coordenar as ações governamentais para implementação da PNRS – e da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), articulando com o setor privado a implementação do Plano setorial de Redução de Emissões da Siderurgia (Plano Siderurgia) e do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria (Plano Indústria).

No contexto da PNRS, a CGACDS, mediante convênio celebrado com a ABDI, elaborou o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica – EVTE do sistema de logística reversa de equipamentos eletroeletrônicos. O EVTE foi aprovado pelo Comitê Orientador da Política Nacional de Resíduos Sólidos - CORI em dezembro de 2012, e serviu como insumo na elaboração do edital de chamamento para acordo setorial de logística reversa de eletroeletrônicos. O Edital foi aprovado pelo CORI em dezembro de 2012, e deverá ser publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em janeiro de 2013.

A CGACDS, também mediante convênio celebrado com a ABDI, elaborou estudo sobre os principais setores industriais que contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. Esse estudo contribuiu para a construção do Plano Indústria. O Plano Indústria foi levado à consulta pública e aprovado pelo Comitê Interministerial da PNMC em dezembro de 2012. O Plano Indústria deverá ser publicado na forma de Portaria Ministerial no início de 2013.

Com relação à produção sustentável, a CGADS participou da discussão para coordenação das ações de promoção da produção sustentável do Plano Brasil Maior (PBM) no âmbito do Comitê de Coordenação Sistêmica e deu apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação deste grupo.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Após a conclusão, em novembro/2011, do Projeto de Cooperação entre MDIC/União Européia/PNUMA sobre rotulagem ambiental como instrumento de competitividade industrial, a CGACDS iniciou projeto de cooperação regional, com apoio da União Européia/PNUMA, para troca de conhecimentos com os países do cone sul sobre a experiência brasileira com a rotulagem ambiental. O projeto prevê, ainda, a inserção da rotulagem ambiental como mecanismo de orientação da política de compras públicas sustentáveis

No que diz respeito ao Programa Brasileiro de Design, a CGACDS exerceu a secretaria executiva do Comitê de Orientação Estratégica da Bienal e as articulações nacionais para a execução da Bienal 2012, em Belo Horizonte-MG, com curadoria de Maria Helena Estrada. Foram indicadas as cidades de Florianópolis – SC e Recife-PE, respectivamente, para sediar as edições de 2015 e 2017. Em dezembro de 2012 foi publicada a portaria de criação do Comitê de Orientação Estratégica para as próximas edições da Bienal.

2.4 Indicadores

O Plano Brasil Maior teve como ponto de partida a elaboração de um mapa estratégico com dez objetivos, aos quais correspondem dez indicadores e dez metas específicas referentes à posição esperada para 2014.

Objetivo	Indicador	Última posição quando do anúncio do PBM	Estimativa para 2013	Meta 2014
1. Ampliar o investimento fixo em % do PIB	% FBKF/PIB	19,5%	18,5%	22,4%
2. Elevar o dispêndio empresarial em % do PIB	% P&D empres./PIB	0,55%	0,57%	0,90%
3. Aumentar a qualificação de RH	% trabalhadores com pelo menos ensino médio na indústria/total de trabalhadores na indústria	53,7%	56,1%	65%
4. Elevar participação da indústria intensiva em conhecimento no PIB industrial	% VTI média-alta e alta intensidade tecnológica/VTI total	32,9%	33,8%	35%
5. Aumentar o número de médias, pequenas e microempresas (MPMEs) inovadoras	Número de MPMEs inovadoras	37,1	37,1	58,0



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

6. Produzir de forma mais limpa	Energia consumida, em TEPs, por R\$ milhão de PIB industrial	150,7	142,5	137,0
7. Ampliar o valor agregado nacional	% VTI/Valor bruto da produção industrial (VBPI)	43,4%	44,1%	45,3%
8. Ampliar o acesso a bens e serviços	Número de domicílios urbanos com acesso a banda larga	13,8 milhões	19,1 milhões	40 milhões
9. Elevar a participação nacional nos mercados de tecnologia, bens e serviços para energias	VTI/VBPI nas cadeias produtoras de energia	63,8%	65,2%	66,0%
10. Diversificar as exportações brasileiras	% exportações brasileiras/exportações mundiais	1,36%	1,33%	1,60%

O acompanhamento dessas metas é realizado por um grupo técnico provisório que reúne a SDP, a ABDI e o BNDES. Embora um sistema completo esteja em estágio avançado de discussão com um grupo acadêmico comandado pela UFPR, sua formalização depende da conclusão das agendas estratégicas setoriais, o que permitirá o desdobramento das metas para as dezenove cadeias do sistema de governança do PBM e, eventualmente, a agregação de uma ou mais metas para a política industrial como um todo.

Por outro lado, o PBM conta com dois sistemas de acompanhamento “intermediário”, focado nas atividades e ações que buscam contribuir para o atingimento das metas estratégicas do Plano. O mais amplo deles é o SAPI – Sistema de Acompanhamento da Política Industrial, o qual foca as atividades dos diversos elos da estrutura de governança do PBM, em particular dos Conselhos de Competitividade, dos Comitês Executivos Setoriais e das Coordenações Sistêmicas. Vale dizer, das atividades concernentes à formulação das agendas setoriais. O SAPI é capaz de gerar relatórios dos mais variados tipos, desde frequência dos conselheiros às reuniões, origem das propostas feitas, número de reuniões dos mais variados tipos (inclusive GTs internos de cada setor). Também contém todas as atas, lista de presença, documentos e estudos levados a debate por todos mais de seiscentos membros dessas instâncias. Contudo, a informação mais relevante que o SAPI fornece do ponto de vista da efetividade é sobre o estágio em que se encontra a elaboração das agendas setoriais e as agendas sistêmicas. No final de 2012, quinze agendas setoriais encontravam-se virtualmente concluídas, ao passo que apenas uma agenda sistêmica – a de relações de trabalho – encontrava-se em estágio avançado de elaboração. Essa informação, contudo, não foi considerada grave, vez que grande parte das medidas contidas no recém lançado



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Inova Empresa nasceram dos debates na Coordenação de Inovação, o mesmo podendo ser dito da Coordenação de Investimento, a qual tem irradiado para diversos Conselhos Setoriais diretrizes para políticas de estímulo à agregação de valor ao longo das cadeias produtivas e de uso de margem de preferência em compras públicas. Esta Coordenação também passou a ser um tipo de centro de articulação entre o PBM e o PAC, os quais são os pilares da política de competitividade brasileira como um todo.

Além do SAPI, a ABDI mantém, em colaboração com a SPE/MF um sistema menor, mas importante, de acompanhamento da evolução das medidas elaboradas no âmbito do PBM. É essa a fonte de parte importante das informações contidas no Balanço do PBM 2012, o qual foi oferecido ao CNDI seu último encontro, em novembro. A publicação pode ser acessada em www.brasilmaior.gov.br. Contudo, um balanço do estágio das medidas é divulgado mensalmente, no mesmo endereço eletrônico, com última edição referente a 1/março/2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção não dispõe dessa estrutura

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1- AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos das unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Análise Crítica: Quanto à Avaliação de risco/Procedimentos de controle/Monitoramento, vale salientar as Metas Globais de Desempenho Institucional estabelecidas no âmbito do Planejamento Estratégico deste Ministério, contribuem para a efetividade do controle de processos e para o monitoramento do desempenho profissional e da atuação institucional da Unidade. Da mesma forma, em relação ao Ambiente de Controle, prima-se pela observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder</p>					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Executivo Federal.

LEGENDA

Escala de valores da avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3.4 Sistema de Correição

Não se aplica – a Secretaria do Desenvolvimento da Produção não possui estrutura ou sistema próprio de correição. As atividades inerentes à matéria são desempenhadas por unidade setorial integrante da estrutura da Controladoria-Geral da União, Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria CGU Nº 1.043/2007

Essas informações, caso existam, serão consolidadas no Relatório da Secretaria Executiva.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2055
Título	Desenvolvimento Produtivo
Órgão Responsável *	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		19.285.685	5.666.205	
b) Outras Fontes		57.212.068	20.041.371	
c) Subtotais (a + b)		76.497.753	25.707.576	
d) Valor Global Previsto no PPA		102.205.328		
**Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
11.440.569	2.617.225	2.617.225	8.823.344	2.617.225
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0194	Fortalecer o complexo produtivo industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde	Ministério da Saúde		
0196	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva	Ministério da Defesa		
0757	Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros, de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior	Ministério dos Transportes		
0847	Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		
0848	Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		
0849	Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria da Inovação		
0850	Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitação e potencialidades das empresas	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria da Inovação		
0851	Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão-de-obra em adequação às necessidades das empresas	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria da Inovação		
0853	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria da Inovação		
0854	Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e		



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

		Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0855	Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance da economia de escala	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria da Inovação
0856	Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0857	Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0858	Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0859	Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/INMETRO
0860	Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0865	Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção
0881	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/INPI

*** O MDIC é o responsável pelo tema e pela política industrial. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.**

** A execução orçamentária e financeira do Programa abrange somente as ações orçamentárias vinculadas a esta Unidade Jurisdicionada, conforme a seguir especificadas, englobando os valores descentralizados por meio de destaque orçamentário.

10.28101.22.125.2055.2692 - Fiscalização de Processo Produtivo Básico – PPB

10.28101.22.661.2055.2768 - Gestão da Política Industrial

10.28101.22.661.2055.6659 - Extensionismo Industrial e Empresarial



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

10.28101.22.661.2055.20R6 - Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais

10.28101.22.661.2055.2374 - Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte

Análise crítica: a análise crítica está contida nos quadros A.4.2 – dos Objetivos.

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2029			
Título	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			
Órgão Responsável *	Ministério da Integração Nacional			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
f) Outras Fontes				
g) Subtotais (a + b)				
h) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0791	Institucionalização e fortalecimento da política nacional de APLs	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		

***O tema é do Ministério da Integração Nacional. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.**

Análise crítica: a análise crítica está contida nos quadros A.4.2 – dos Objetivos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2043			
Título	Integração Sul Americana			
Órgão Responsável *				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		c) Valor Remanescente (d – e)	
	i) Previsto no PPA	j) Fixado na LOA		
i) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
j) Outras Fontes				
k) Subtotais (a + b)				
l) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0883	Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		
0765	Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais	Ministério da Integração Nacional		

*Trata-se de tema transversal. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise crítica: a análise crítica está contida nos quadros A.4.2 – dos Objetivos.

Em relação ao Objetivo 0765, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, o MDIC contribui para o cumprimento da meta - Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região- em conjunto com a SUDAM. No ano de 2012, o monitoramento feito pelo Ministério da Integração apurou que foram estimulados arranjos produtivos locais da Rota da Uva e Vinho(Arco Sul da Faixa da Fronteira) e na Rota do Peixe(Alto Solimões Amazonense), alcançado 1 na região sul e 1 na norte, ou seja: 2 dos 15 previstos



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2041			
Título	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			
Órgão Responsável *	Ministério de Minas e Energia			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		d) Valor Remanescente (d – e)	
	k) Previsto no PPA	l) Fixado na LOA		
m) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
n) Outras Fontes				
o) Subtotais (a + b)				
p) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0042	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		

* O Ministério de Minas e Energia é o responsável pelo tema. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise crítica: a análise crítica está contida nos quadros A.4.2 – dos Objetivos



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2053			
Título	Petróleo e Gás			
Órgão Responsável *	Ministério de Minas e Energia			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		e) Valor Remanescente (d – e)	
	m) Previsto no PPA	n) Fixado na LOA		
q) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
r) Outras Fontes				
s) Subtotais (a + b)				
t) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0559	Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção		

*O tema é do Ministério de Minas e Energia. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise crítica: a análise crítica está contida nos quadros A.4.2 – dos Objetivos



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2036			
Título	Florestas, Prevenção e Combate ao Desmatamento e dos Incêndios			
Órgão Responsável *	Ministério do Meio Ambiente			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		f) Valor Remanescente (d – e)	
	o) Previsto no PPA	p) Fixado na LOA		
u) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
v) Outras Fontes				
w) Subtotais (a + b)				
x) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0472	Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos	Ministério do Meio Ambiente		

***Este tema é do Ministério do Meio Ambiente, assim como o Objetivo. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.**

Análise Crítica:

O MDIC participa como responsável pela apuração da Meta- Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial.

Os esforços do governo são no sentido de incentivar **o plantio de florestas por parte dos produtores de ferro-gusa e aço**. Como parte desses esforços, o **Instituto Aço Brasil**, que representa os produtores de aço, cuja parte de sua produção tem o carvão vegetal como fonte termo-redutora, lançou, em 2012, o **Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal**, com o objetivo de, entre outros, concluir, no prazo de até 4 anos, o pleno atendimento de estoques florestais às respectivas demandas de produção por meio de plantio próprio ou plantio de terceiros.

Se por um lado, os produtores de aço a partir do carvão vegetal estão comprometidos em equacionar suas necessidades de carvão vegetal a partir de florestas plantadas, por outro, **os produtores de ferro gusa estão numa situação de extrema dificuldade financeira para tal**, uma vez que boa parte dos produtores localizados em dois dos principais polos produtores – Minas Gerais e Pará – estão fechando seus altos fornos devido à crise que se abateu no mercado de ferro gusa a partir de 2008.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0847					
Descrição	Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de Processos Produtivos Básicos	un	1	0	0	0
02	Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico	un	1	1	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. O aprimoramento do Processo Produtivo Básico como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia (redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos) e construção de sistema informatizado que implemente os novos fluxos e controles. A reformulação da metodologia foi completada em 2012 e a disponibilização do sistema informatizado está prevista para o primeiro trimestre de 2013.

O mencionado sistema informatizado recebeu o nome de “Plataforma Cairu” e envolve não apenas a concessão e acompanhamento de PPB, mas também a concessão de Ex-tarifários de bens de capital e as atividades de fiscalização do cumprimento de PPB pelas empresas habilitadas. Foi feita a opção, em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, de implementar inicialmente o módulo de controle de Ex-tarifários de Bens de Capital, com data prevista de implantação em maio de 2013. O módulo de concessão e acompanhamento de PPB está programado para o primeiro semestre de 2013 e o módulo de fiscalização de cumprimento de PPB está programado para o segundo semestre de 2013. A reformulação da metodologia envolveu o redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos, situação totalmente alcançada em 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0848					
Descrição	Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criar o Portal do Observatório do Investimento	un	1	0	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. Esta meta está contida na iniciativa 03H2- Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos, pendente de implementação em 2012.

No âmbito do Plano Brasil Maior houve estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: (i) Redução dos Custos do Trabalho e do Capital; (ii) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas; (iii) apoio ao desenvolvimento produtivo e à competitividade conexas ao Plano Brasil Maior; e (iv) Ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria. Entre as medidas de Redução dos Custos do Trabalho e Capital, estão: 1) Desoneração da folha de pagamento, abrangendo 40 setores intensivos em trabalho, mais de 50 mil empresas beneficiadas; 2) Simples Nacional e Microempreendedores Individuais – MEI, beneficiando 4,3 milhões de empresas optantes do Simples e 2,3 milhões de MEI; 3) Desoneração dos investimentos- consiste na completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento; 4) Depreciação acelerada para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real: autorização de depreciação acelerada de 10 para 5 anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de 01/01/2013; 5) Crédito para investimento e inovação (BNDES); e 6) Reforço à inovação via FINEP.

No que se refere às medidas de Estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se: 1) Margens de Preferência para Compras Públicas; 2) Regimes tributários especiais; e 3) Crédito para investimento.

No âmbito das medidas de Defesa Comercial, destaque para o Ex-tarifário. Já nas medidas denominadas Ações Estruturantes favoráveis à Competitividade da Indústria o destaque é para o setor de Energia Elétrica, com medidas de desoneração tributária e prorrogação de concessões para a geração, transmissão e distribuição, visando redução do custo da energia para os usuários domésticos e indústria; exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos para atender



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

ao PAC; e previsão de investimentos para a modernização e ampliação da malha rodoviária e ferroviária. No tocante à Disseminação de Informações lançou-se a proposta de criação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, durante o 3º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos (CGIV), realizado de 21 a 23 de março, em Belo Horizonte (MG). Nessa ocasião, explicitou-se que o objetivo desse Sistema é o de proporcionar a divulgação de projetos para os quais as Unidades Federativas tenham interesse em atrair capital privado a potenciais investidores estrangeiros.

Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0850					
Descrição	Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitação e potencialidades das empresas					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)	un	100	0	0	0
02	Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)	un	20	0	0	0
03	Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários	un	100	100	0	0
04	Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior	un	05	02	0	0
05	Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014	un	02	01	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. Este objetivo é de responsabilidade da **Secretaria de Inovação deste Ministério**, cabendo a esta Unidade a responsabilidade pelo cumprimento de 5 metas. Em relação à **Meta 1**, o seu cumprimento depende de construção de parcerias. Dando início a sua implementação nos reunimos com MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos GIDS, que serão gestores ou núcleos de gestão em design para a inovação e a sustentabilidade nas empresas ou grupo de empresas, com foco nos arranjos produtivos locais (APLs) estaduais. Os critérios de seleção dos bolsistas foram definidos



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

e consignados em Termo de Referência, ficando estabelecido que os bolsistas para os GIDS serão selecionados diretamente pela liderança dos centros e núcleos de design existentes.

A demora na execução deve-se às dificuldades com a articulação entre os parceiros e à indefinição quanto ao custeio do projeto. No que tange à **Meta 2**, da mesma forma, o cumprimento requer a construção de parcerias. Dando início a sua implementação nos reunimos com MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos CIDS, a partir de centros e núcleos de design, inovação ou setoriais, já existentes e em operação, para dar suporte ao desenvolvimento dos setores prioritários no Plano Brasil Maior. A estratégia de implementação foi definida e consta de Termo de Referência.

A demora na execução deve-se às dificuldades de articulação entre os parceiros e à indefinição quanto ao custeio do projeto.

Em relação à **Meta 3**, mediante parceria com o Centro de Design do Paraná viabilizamos a participação de 100 produtos brasileiros no *iF Product Design Award 2012*, a fim de fortalecer o design brasileiro internacionalmente com a difusão no país de uma cultura de exportação de produtos de valor agregado. Destacando-se 18 premiados, que participaram ainda de exposição em Hannover, durante a feira de CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo, cumprindo, com isso, a integralidade da meta.

A **Meta 4** vem sendo implementada com o apoio da Apex-Brasil, por meio da nova Unidade de Inovação e Design, que em 2012 realizou as seguintes exposições de promoção internacional do design brasileiro:

1 – Exposição *Pocket* da Bienal Brasileira de Design 2010, no evento *Brazil S/A*, realizado em Milão – Itália, 17 a 22 de abril;

2- Exposição Casa Brasileira, 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento *Brazil S/A*, realizado em Milão, 17 a 22 de abril;

Já a **Meta 5** vem sendo atingida com apoio de parceiros e, especificamente em 2012, o MCTI e APEX-BRASIL, apoiaram a realização da IV Bienal Brasileira de Design, no período de 19/09 a 31/10/2012 em Belo Horizonte – MG, sendo priorizado o custeio das ações educativas previstas. Para o apoio à realização desta Meta, foi firmado Termo de Cooperação entre o MDIC e MCTI, para formalizar o repasse de R\$ 199.800,00 de recursos do MCTI ao MDIC.

Visando o aprimoramento do programa e, dando uniformidade aos procedimentos a serem adotados pelos promotores dos eventos prósperos, foi contratado estudo de Recomendações para a Institucionalização da Bienal Brasileira de Design, nos âmbitos da governança, político-operacional, estrutura jurídica e escopo de ação institucional, o que evidenciou que será necessário pensar mais amplo visando à criação de uma instituição (agência) permanente que concentre as estratégias relacionadas ao design e inovação, e assim concentrando diversas atividades, dentre elas a Bienal. O estudo também destacou o manual de procedimentos para essa entidade executora permanente, que descreve de forma prática quem deve compor as equipes da instituição e quais devem ser as atividades antes, durante e depois da Bienal.

A Bienal de 2014 foi transferida para 2015. A decisão partiu do COEB- Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira de Design, devendo ser sediada em Florianópolis/SC.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0854					
Descrição	Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia	un	2048	573	0	0
02	Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários	un	1	0	0	0
03	Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)	un	1	0	0	0
04	Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia	t	12.000	2.426	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. Apenas a **Meta 3** é de responsabilidade desta Secretaria, as demais deverão ser cumpridas pela NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

O aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia de concessão e o método de consulta pública ao setor produtivo. Está sendo desenvolvido também sistema informatizado como novos fluxos e controles. Iniciou-se no 2º semestre de 2012 e será disponibilizado ao público no primeiro trimestre de 2013.

O segmento de bioenergia foi inserido no Plano Brasil Maior, no Comitê de Competitividade de Energias Renováveis. A bioenergia foi discutida em dois subgrupos: biodiesel e etanol, sendo que o último incorporava energia de biomassa. Realizadas as discussões com empresários, academia e sociedade civil, foram estabelecidas diversas ações a serem executadas. A partir das orientações do Plano Brasil Maior estão sendo realizadas as atividades:

Secretaria de Inovação - Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

ABDI: Avaliação da relação custo-benefício da desoneração de impostos federais para o etanol carburante.

ABDI: Proposta de alternativas de longo prazo para a competitividade do suprimento de energia à indústria, de forma a garantir a adequação do modelo do sistema elétrico à política industrial.

APEX: continuidade do Projeto Setorial Integrado de Construção do Mercado Mundial de Etanol de Cana-de-açúcar.

APEX: continuidade da Promoção Comercial de Exportações dos Equipamentos, Produtos e Serviços das Empresas do Setor Sucroenergético.

BNDES: continuidade do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – PAISS.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0856					
Descrição	Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano	t	700.000	0	0	0
2	Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano	t	124.000	0	0	0
3	Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano	t	250.000	0	0	0
4	Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano	t	240.000	0	0	0
5	Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano	t	450.000	0	0	0
6	Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano	t	1.210	0	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. Todas as metas são de responsabilidade da Petrobras e não foram mensuradas no ano de 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0857					
Descrição	Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país	un	80	273	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. A meta foi atingida totalmente. Atualmente o GTP- APL coordenado pelo MDIC apoia 273 Arranjos Produtivos Locais em todo o Brasil, com ações voltadas ao desenvolvimento, eventos, apoio técnico e apoio gerencial. A participação do MDIC nos seminários de desenvolvimento regional do Ministério da Integração contribuiu para o incremento da meta.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0858					
Descrição	Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono	un	01	0	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. Em 2012 foi finalizada a elaboração do Plano setorial da Indústria de Mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Plano Indústria) e realizada consulta pública no período de junho a agosto. Em agosto foi firmado Acordo de Cooperação Técnica MDIC-MMA-CNI para apoiar a implementação do Plano e editada Portaria Interministerial MDIC-MMA que instituiu a Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn). A reunião de instalação da CTPIn foi realizada em 30 de outubro. A CTPIn operacionalizará o Plano de Ação do Plano Indústria, que trata das iniciativas desse objetivo: criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono, fomento à redução de emissões nos setores industriais e realização de inventários corporativos de emissões. Em 2013 será discutido e elaborado o Plano de Trabalho que vai nortear a atuação da Comissão Técnica.

Em relação à Meta - criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono- está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e será discutida no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn).



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0860					
Descrição	Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)	un	1	0	0	0
2	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)	un	1	0	0	0
3	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)	un	1	0	0	0
4	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a	un	1	0	0	0



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

	atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)					
5	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)	un	1	0	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. Essas metas foram definidas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, devendo ser aferidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, e não têm periodicidade, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos:

1. Coordenação de 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico). O foco principal desses GTs é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos;
2. Discussões com a Receita Federal do Brasil para a retirada do impedimento de utilização da modalidade *Drawback* intermediário pelo *Drawback* embarcação;
3. Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para a criação de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e Naval - REPEG, com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores;
4. Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás – REPETRO. Segundo estudo contratado pelo BNDES, divulgado em setembro de 2012, o regime propicia uma assimetria tributária em favor dos bens importados, dificultando o aumento do conteúdo local por empresas brasileiras.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0865					
Descrição	Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais					
Programa *	2055 – Desenvolvimento Produtivo					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação	un	30	20	0	0

* O tema é do MDIC. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. As iniciativas previstas para esse Objetivo são implementadas por órgãos que não têm subordinação direta com o MDIC, daí a dificuldade de monitoramento. Obtivemos do BNDES informações sobre o desempenho de 2012, em que computou o apoio a internacionalização de 2 empresas e, ainda, deve entrar na estatística de 2013 mais 7 novos projetos, que se encontram em níveis de consulta e aprovação, com desembolso previsto de R\$ 4,8 bilhões. O BNDES disponibiliza um linha de crédito, denominada - Operações de Investimento Direto Externo, que tem por objetivo estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional, através do apoio a investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, abrangendo sociedades empresárias com sede e administração no País, de controle nacional, com potencial de inserção no mercado internacional. Já a Apex-Brasil oferece diversos serviços, entre esses, serviços customizados de internacionalização, como Inteligência Comercial Customizada, Promoção de Negócios Customizada e Apoio à Instalação no exterior, que orientam a decisão do empresário quanto a escolha do país para expansão de suas operações internacionais, quanto a forma de entrada no mercado e diversos aspectos relacionados a estruturação do processo de internacionalização da sua empresa, visando aumentar competitividade doméstica e internacional.

No tocante à Meta – Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação- por meio do programa de internacionalização de empresas do BNDES, registrou-se o apoio a 2 projetos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Todavia, há na carteira do Banco, nos níveis entre consulta e aprovação, mais 7 projetos envolvendo 5 empresas, com um desembolso previsto de R\$ 4,8 bilhões. Ainda neste ano, pelo programa da Apex-Brasil 165 empresas da indústria de transformação receberam prestação de serviços customizados de internacionalização e, dessas, 18 abriram sua filial no exterior ou adquiriram ativos no exterior pela primeira vez. Quanto à prospecção para 2013, a expectativa é de internacionalização de 5 empresas, cujos projetos encontram-se em consulta e análise pelo BNDES.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0559					
Descrição	Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
Programa *	2053- Petróleo e Gás					
Órgão Responsável	Ministério de Minas e Energia					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Consolidar 2 polos empresariais regionais	un	2	0	0	0
2	Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro	un	1	0	0	0
3	Formar 3 novos polos empresariais	un	3	0	0	0

* O tema é do MME. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há Ação Orçamentária associada a este Objetivo e respectivas Metas. Esse Objetivo está sendo implementado com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Para tanto, iniciamos o processo com chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado na habilitação do IEL-MG e IEL-BA para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores em polos produtivos da cadeia de petróleo, gás e naval; serão firmados convênios e a execução está prevista para iniciar no mês de dezembro. Em andamento, convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial- ABDI, que já lançou edital prevendo a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para empresas de BA, MG e PE se inserirem na cadeia de petróleo, gás e naval. Essas ações estão relacionadas à iniciativa 0256- Implantação de programas



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços.

No próximo ano, espera-se ampliar as iniciativas para os estados de RJ e RS, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

Essas metas serão alvo das ações que irão ocorrer a partir de 2013. O instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0042					
Descrição	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território					
Programa *	2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral					
Órgão Responsável	Ministério de Minas e Energia					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs	un	2	0	0	0

* O tema é do MME. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há ação orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. Não houve implementação, haja vista a indefinição de crédito para fazer face ao custeio dos Estudos. Quanto à Meta – Realizar estudos e projetos visando a implantação de zonas de processamento e transformação mineral/ZPTMs- diante da indefinição quanto à disponibilidade de recursos orçamentários, objeto de discussão entre os órgãos envolvidos, o cumprimento da meta encontra-se comprometido. Concomitante foi apresentada proposta de inclusão de PO - Plano Orçamentário para 2013, vinculado à Ação orçamentária 210E – Promoção do Desenvolvimento Produtivo, prevendo a alocação de recursos por parte do MME.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0883					
Descrição	Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Programa *	2043- Integração Sul Americana					
Órgão Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL	un	02	0	0	0
2	Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas	un	01	01	0	0

* O tema é transversal e reúne objetivos e iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Indústria e Comércio Exterior. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.

Análise Crítica:

Não há ação orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta.

Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no MERCOSUL, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a Integração Produtiva: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

Esses esforços também vêm sendo realizados no âmbito de negociações bilaterais para a IP desses setores, principalmente no âmbito da cooperação Brasil-Uruguai.

Também, encontram-se em curso ações voltadas para a melhoria da competitividade do estrato industrial do MERCOSUL, com foco na cooperação entre APLs, na criação de um Observatório MERCOSUL de APLs, no desenvolvimento de um sistema de indicadores de competitividade industrial, na busca de harmonização da normativa relativa à propriedade intelectual, no fortalecimento do setor artesanal, no desenvolvimento do tema design no Bloco, entre outros.

Estão sendo desenvolvidos 2 projetos de Arranjos Produtivos do MERCOSUL no âmbito do SGT-7 Indústria MERCOSUL e do Grupo de Integração Produtiva – GIP.

O primeiro projeto é de identificação de APLs no MERCOSUL com perspectivas de cooperação e parcerias. Nesse sentido foram realizados 2 mapeamentos; o primeiro mapeamento nas fronteiras com o Brasil e o segundo em cada país do MERCOSUL, porém falta incluir a Venezuela.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

O segundo projeto é o de acadêmicos especializados em Projetos de clusters/APLs nos países do MERCOSUL. Cada país indicou um ponto focal, especialista em projetos, porém falta a indicação da Venezuela. O Projeto Rede de Acadêmicos do MERCOSUL visa a troca de experiências exitosas e criar um banco de especialistas que possam desenvolver projetos de integração produtiva entre APLs do MERCOSUL.

Por meio da Decisão Nº 46/12, de 06/12/2012/ CMC – Conselho do Mercado Comum, foi aprovado o Regulamento do Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação do Objetivo						
Código	0791					
Descrição	Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Programa *	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					
Órgão Responsável	Ministério da Integração Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais	un	01	01	0	0

* O tema é do Ministério da Integração Nacional. No PPA o Programa Temático não tem vinculação.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise crítica:

Não há ação orçamentária associada a este Objetivo e respectiva Meta. O tema Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais vem sendo trabalhado a partir das iniciativas traçadas. Ao longo de 2012 ocorreram diversas reuniões e consultas às instituições do GTP APL, com o objetivo de implementar a Política Nacional, que foi oficializada com a publicação do Documento Base da 2ª Geração da Política Nacional de APLs no Portal do MDIC, resultando no cumprimento da Meta.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03GT					
Descrição	Aprimoramento do Processo Produtivo Básico como instrumento de política industrial					
Objetivo	0847- Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ, mas a Medida Institucional Normativa estabelece a ênfase na agregação de valor, sobretudo em setores intensivos em uso de conhecimento, como a principal mudança da nova política industrial brasileira. A concessão de estímulos fiscais tendo como contrapartida a nacionalização de etapas do processo produtivo é um dos instrumentos potencialmente mais significativos para dar efetividade a tal diretriz. Entretanto, a legislação atual encontra-se demasiado presa à Lei de Informática e viesada pelo uso dos PPBs como política de desenvolvimento regional. Ademais, os ritos previstos para avaliação dos pleitos e a forma de concessão em geral engessam e fazem morosa sua concessão. Finalmente, faltam mecanismos de controle, de monitoramento e avaliação que reduzam a importância das fiscalizações e que permitam rever o escopo dos incentivos de forma tempestiva.

O aprimoramento do PPB como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia (redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos) e



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

construção de sistema informatizado que implemente os novos fluxos e controles. A reformulação da metodologia foi completada em 2012 e a disponibilização do sistema informatizado está prevista para o primeiro semestre de 2013.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03GU					
Descrição	Criação do Observatório da Indústria					
Objetivo	0847- Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada. A implementação desta iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768-** Gestão da Política Industrial. Todavia, em 2012, não houve dispêndio.

A construção do Observatório da Indústria passa pela compilação de dados oficiais e definição metodológica dos indicadores e análises do setor industrial que serão disponibilizadas periodicamente. No 1º semestre de 2012 a SDP realizou um Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA para apoio técnico ao Observatório, e bases de dados ligadas ao comércio exterior, emprego e produção foram integradas. No 2º semestre, a equipe do Observatório ganhou mais 3 servidores para apoio operacional, e a SDP iniciou negociações com a FINEP e o BNDES para integração de bases de dados de investimento e inovação ao Observatório da Indústria.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03GV					
Descrição	Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática					
Objetivo	0847- Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.984	91.984	50.013	48.837		1.176	48.837
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações orçamentárias e financeiras foram fornecidas pela SPOA/CGOF.

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada. Esta iniciativa está relacionada à Ação Orçamentária **10.28101.22.125.2055.2692** - Fiscalização do Processo Produtivo Básico.

A fiscalização do processo produtivo básico para produtos de informática foi objeto de reformulação metodológica, implementando uma inspeção prévia dos dados remetidos ao MDIC, de forma a refinar a seleção das empresas com potenciais problemas no cumprimento das contrapartidas à fruição do benefício fiscal, permitindo assim que as saídas a campo para inspeções presenciais fossem restritas a empresas efetivamente com problemas. No período as fiscalizações ocorreram em 40 empresas.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03H2					
Descrição	Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos - (Observatório do Investimento)					
Objetivo	0848- Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000	24.000	24.000			24.000	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações orçamentárias e financeiras foram fornecidas pela SPOA/CGOF



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada. A implementação desta Iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768**- Gestão da Política Industrial. No ano de 2012 houve a contratação de 2(duas) bases de dados sobre atração de investimentos, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

No tocante à Disseminação de Informações, a Coordenação-Geral de Investimentos lançou, no início de 2012, a nova versão do site da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai): www.mdic.gov.br/renai. Acessado por mais de 80 países/territórios, o portal oferece informações sobre incentivos; oportunidades de investimentos; guias para investidores; política industrial; estatísticas sobre a economia brasileira; eventos; links para os estados brasileiros; e os Relatórios de Anúncios de Projetos de Investimentos.

Por meio desse produto, são disponibilizados dados sobre projetos de investimentos anunciados no Brasil. O Relatório tem como fontes de dados, além do próprio Ministério, os anúncios veiculados na mídia e as intenções informadas pelas Secretarias Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a Federação das Indústrias de Minas Gerais, o Banco do Nordeste, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Departamento Nacional de Produção Mineral. Nele, constam os seguintes itens: a) nome da empresa; b) país de origem do capital; c) descrição do projeto; d) período da realização; e) valor; f) setor e divisão CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

O Projeto do Observatório do Investimento estará contemplado a partir do lançamento do novo site da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) e do novo sistema virtual de acompanhamento dos anúncios de projetos de investimentos, o Portal do Observatório do Investimento já se encontra em processo de criação embora ainda não esteja formalmente constituído

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03H4					
Descrição	Revisão e aperfeiçoamento dos regimes especiais de tributação					
Objetivo	0848- Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabelece que a efetividade da nova política industrial dependerá de melhoria significativa dos regimes especiais de tributação setoriais ora em vigência. A Iniciativa de fato já está sendo implementada, com forças-tarefas para refazer, criar ou alterar regimes imediatamente, entre outros pontos com especial atenção para a importância do setor como vetor de progresso técnico, capacidade de agregação de valor e para uma melhor coordenação dos mesmos entre si e em relação aos incentivos creditícios existentes.

No âmbito do Plano Brasil Maior houve estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: (i) redução dos custos do trabalho e do capital; (ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; (iii) apoio ao desenvolvimento produtivo e à competitividade conexas ao plano Brasil Maior; e (iv) ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria. Entre as medidas de redução dos custos do trabalho e capital, estão: 1) desoneração da folha de pagamento, abrangendo 40 setores intensivos em trabalho, mais de 50 mil empresas beneficiadas; 2) simples nacional e microempreendedores individuais – MEI, beneficiando 4,3 milhões de empresas optantes do simples e 2,3 milhões de MEI; 3) desoneração dos investimentos – consiste na completa desoneração dos tributos federais (IPI, PIS/COFINS) sobre os bens de investimento; 4) depreciação acelerada para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real: autorização de depreciação acelerada de 10 para 5 anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de 01/01/2013; 5) crédito para investimento e inovação (BNDES); e 6) reforço à inovação via FINEP.

No que se refere às medidas de estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se: 1) margens de preferência para compras públicas; 2) regimes tributários especiais; e 3) crédito para investimento.

No âmbito das medidas de defesa comercial, destaque para o Ex-tarifário. Já nas medidas denominadas ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria o destaque é para o setor de energia elétrica, com medidas de desoneração tributária e prorrogação de concessões para a geração, transmissão e distribuição, visando redução do custo da energia para os usuários domésticos e indústria; exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos para atender ao PAC; e previsão de investimentos para a modernização e ampliação da malha rodoviária e ferroviária.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	048K					
Descrição	Implantação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos					
Objetivo	0848- Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. A implementação desta Iniciativa iniciou com o lançamento da proposta de criação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, durante o 3º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos (CGIV), realizado de 21 a 23 de março, em Belo Horizonte (MG). Nessa ocasião, explicitou-se que o objetivo desse Sistema é o de proporcionar a divulgação de projetos para os quais as Unidades Federativas tenham interesse em atrair capital privado a potenciais investidores estrangeiros. Atualmente o Sistema encontra-se divulgado no sítio do MDIC.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HE					
Descrição	Expansão e aprimoramento do programa brasileiro de design					
Objetivo	0850- Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitação e potencialidades das empresas					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
588.000	588.000	588.000	588.000			588.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada. A implementação desta Iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768- Gestão da Política Industrial**. No ano de 2012 houve suplementação no valor do Convênio firmado com a APEX-Brasil, de R\$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais) para a realização de Estudo sobre o mapeamento das oportunidades do Design nas cidades sede da Copa 2014 e Olimpíadas de 2016, resultando em implicações preliminares para Políticas Públicas e programas de design, bem como na apresentação de seminários de sensibilização nas 12 cidades que sediarão os Jogos Esportivos de 2014 e 2016, em que a convenente participou com contrapartida de R\$ 154.200,00 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos reais).

Essa iniciativa vem sendo implementada por meio de parcerias, haja vista que, dentro da perspectiva de apoio as oportunidades de negócios, a Apex-Brasil, por intermédio da nova Unidade de Inovação e Design, desenvolverá a promoção comercial internacional do design brasileiro no ano de 2013, em que será fomentada a criação de canais de comercialização do design brasileiro no Japão, Loja de Departamentos ISETAN, maior conglomerado de varejo de design da Ásia. Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma ação junto a principal empresa de distribuição de produtos de design nos EUA, *StyleWest*, para a realização de um showroom na Califórnia, em 2014.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HU					
Descrição	Aprimoramento da sistemática de concessão de Ex-tarifários					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
890.000	890.000	890.000	890.000			890.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

*. As informações sobre a execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. A implementação desta Iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768- Gestão da Política Industrial**. No ano de 2012 houve um desembolso de R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais) para o desenvolvimento do Sistema. O mencionado sistema informatizado recebeu o nome de “Plataforma Cairu” e envolve não apenas a concessão e acompanhamento de PPB, mas também a concessão de Ex-tarifários de bens de capital e as atividades de fiscalização do cumprimento de PPB pelas



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

empresas habilitadas. Foi feita a opção, em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, de implementar inicialmente o módulo de controle de Ex-tarifários de Bens de Capital, com data prevista de implantação em maio de 2013. O módulo de concessão e acompanhamento de PPB está programado para o primeiro semestre de 2013 e o módulo de fiscalização de cumprimento de PPB está programado para o segundo semestre de 2013. A reformulação da metodologia envolveu o redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos, situação totalmente alcançada em 2012

A iniciativa - aprimoramento da sistemática de concessão de Ex-tarifários - como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia de concessão e a método de consulta pública ao setor produtivo. Está sendo desenvolvido também sistema informatizado como novos fluxos e controles. Iniciou-se no 2º semestre de 2012 e será disponibilizado ao público a partir de 2013.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HV					
Descrição	Aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para indústria de máquinas, equipamentos e serviços para bioenergia					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa prevê a proposta de um regime tributário especial a ser desenhado no âmbito do Conselho de Competitividade Setorial da Cadeia do etanol e biocombustíveis, que faz parte do sistema do Plano Brasil Maior.

O segmento de bioenergia foi inserido no Plano Brasil Maior, no Comitê de Competitividade de Energias Renováveis. A bioenergia foi discutida em dois subgrupos: biodiesel e etanol, sendo que o último incorporava energia de biomassa. Realizadas as discussões com empresários, academia e sociedade civil, foram estabelecidas diversas ações a serem executadas. A partir das orientações do PBM, estão sendo realizadas as atividades:

Secretaria de Inovação/MDIC - Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucoenergética.

ABDI: Avaliação da relação custo-benefício da desoneração de impostos federais para o etanol carburante



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

ABDI: Proposta de alternativas de longo prazo para a competitividade do suprimento de energia à indústria, de forma a garantir a adequação do modelo do sistema elétrico à política industrial.

APEX: continuidade do Projeto Setorial Integrado de Construção do Mercado Mundial de Etanol de Cana-de-açúcar

APEX: continuidade da Promoção Comercial de Exportações dos Equipamentos, Produtos e Serviços das Empresas do Setor Sucroenergético

BNDES: continuidade do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – PAISS

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HW					
Descrição	Desenvolvimento da engenharia nacional para projetar equipamentos pesados para a indústria nuclear					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. O responsável pela implementação desta Iniciativa é o MCTI.

Conforme o Decreto nº 76.805 de 16/12/1975, a NUCLEP foi criada para "projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados...".

Registre-se a Renovação da certificação ASME III, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, para a fabricação de equipamentos voltados para o setor nuclear. Hoje a empresa é a única do Brasil a possuir esta estratégica certificação, essencial para a participação da NUCLEP em concorrências internacionais na área nuclear, ampliando a participação do produto brasileiro em projetos desenvolvidos em todo mundo.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HY					
Descrição	Fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. O responsável pela implementação desta Iniciativa é o MCTI.

Há indicação de ação orçamentária vinculada à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP para o custeio da implementação da iniciativa.

Conforme o Decreto nº 76.805 de 16/12/1975, a NUCLEP foi criada para " projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados...".

No ano de 2012 não houve implementação da Iniciativa.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03HZ					
Descrição	Fomento à ampliação da participação da indústria nacional de bens de capital no investimento fixo					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. A implementação desta Iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial, porém em 2012 não houve dotação orçamentária destinada à implementação da Iniciativa.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03I1					
Descrição	Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. O responsável pela implementação desta Iniciativa é o MCTI.

Há indicação de ação orçamentária vinculada à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP para o custeio da implementação da iniciativa.

Principais realizações em 2012:

Principais obras entregues:

- Fornecimento de 21 Vasos de Pressão (150 ton.) para o Programa de Revitalização de Plataformas, cliente Petrobras;
- Fornecimento de 1 Feixe Tubular (1 ton.) para Usina de ANGRA 1, cliente Eletronuclear;
- *Fornecimento de 1 Pré-Distribuidor (270 Ton.) para Hidroelétrica de Tocolma na Venezuela, cliente IMPSA;*
- *Fornecimento de Embutidos (5 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.*

Principais obras em andamento:



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Fornecimento de 4 Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cliente ICN;
- Fornecimento de 3 Condensadores (4.500 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- Fornecimento de 8 Acumuladores (170 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- Fornecimento de Embutidos (123 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- Fornecimento de Suportes especiais (200 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- Fornecimento do Suporte do Reator (210 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Confab.
- Fornecimento de 3 Vasos de Pressão (650 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), cliente Ebse.
- Fornecimento de 3 Torres, Fracionadora, Atmosférica e de Vácuo (750 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), em parceria com a Confab.
- Montagem de equipamentos e fabricação de estruturas primárias e secundárias (7.700 Ton.) de Módulos para as Plataformas P58/P62 e de Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO, da sigla em inglês) Cidade Paraty, clientes Ebe e Ebse).
- Fornecimento de Cilindros 30B e 48Y (3 Ton.) para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).
- Fornecimento de Vasos de Pressão VP1, VP2 e DZ1 (46 Ton.) para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03I2					
Descrição	Prospecção de novas rotas tecnológicas estratégicas / Agenda Tecnológica Setorial					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. A implementação desta Iniciativa poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768- Gestão da Política Industrial**, porém em 2012 não houve dotação orçamentária destinada à implementação da iniciativa.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	048M					
Descrição	Financiamento a aquisição de máquinas e equipamentos					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Extra- Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária desta UJ. Há indicação de ação orçamentária do BNDES, que contribui com essa iniciativa, sendo que em 2012 houve um desembolso de R\$ 6.101.226 mil, dos quais R\$ 5.136.646 mil sob as condições financeiras do PSI – Programa de Sustentação do Investimento.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	04C4					
Descrição	Incentivos para Geração de Energia Solar Fotovoltaica					
Objetivo	0854- Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. A energia solar fotovoltaica foi inserida no Plano Brasil Maior, no Comitê de Competitividade de Energias Renováveis, onde foi formado um subgrupo especificamente para tratar do tema. Realizadas as discussões com empresários, academia e sociedade civil, foram estabelecidas as prioridades.

Foi constatado que já existem benefícios tributários associados ao PADIS que beneficiam a produção de células e painéis fotovoltaicos no país. A Aneel estabeleceu regulamentação sobre geração distribuída em baixa voltagem, que simplifica os procedimentos e cria obrigatoriedade das concessionárias de realizar a ligação e utilizar o sistema de *netmetering*.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IC					
Descrição	Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária desta Unidade Jurisdicionada. Essa Iniciativa é de responsabilidade da Petrobras, havendo indicação de Ação Orçamentária 30.32349.25.662.2055.20PQ - Manutenção da Infraestrutura Operacional das Plantas de Estireno e de Poliestireno, sem investimento no exercício. Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03ID					
Descrição	Apoio a desenvolvimentos em química verde, nanotecnologia e biotecnologia e novos produtos feitos a partir de fontes renováveis					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabeleceu que o apoio se dará por medidas específicas a serem contemplados no âmbito do “REIQ”, regime especial da indústria química, este já em elaboração.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, algumas iniciativas já começaram a ser executadas, tais como: 1) Agenda Tecnológica Setorial, que tem o foco da Química Verde; e 2) Estudo contratado pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03II					
Descrição	Estímulo à ampliação da oferta de produtos químicos, petroquímicos e fertilizantes, bem como de seus intermediários e matérias primas, inclusive por meio de incentivos fiscais para desoneração do investimento					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabeleceu ao MDIC priorizar estudo de proposta de regime tributário especial para a indústria química, no âmbito do REIQ.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IK					
Descrição	Estímulo ao desenvolvimento de empresas de engenharia voltadas para o setor químico					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabeleceu ao MDIC priorizar proposta de regime tributário especial para a indústria química, com ênfase em seus segmentos mais nobres e nos elos com maior capacidade de agregação de valor nas cadeias bem constituídas no país, no âmbito do REIQ – Regime Especial da Indústria Química.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IM					
Descrição	Fomento a desenvolvimentos em instrumentação, modelagem e controle de processos, simulação de novas moléculas e demais interações com TICs e serviços de engenharia na indústria química					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabeleceu ao MDIC priorizar proposta de regime tributário especial para a indústria química, com ênfase em seus segmentos mais nobres e nos elos com maior capacidade de agregação de valor nas cadeias bem constituídas no país, no âmbito do REIQ – Regime Especial da Indústria Química.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IN					
Descrição	Fabricação de fertilizantes nitrogenados					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Há, no entanto, indicação de Ação Orçamentária 30.32230.25.753.2055.1C61 - Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE) vinculada à Petrobras, destinada ao custeio dessa Iniciativa.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, algumas iniciativas já começaram a ser executadas. Entre elas, estão em curso os investimentos no segmento de fertilizantes; outras frentes em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IP					
Descrição	Promoção do desenvolvimento da indústria de química fina					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Já a Medida Institucional Normativa estabeleceu ao MDIC priorizar proposta de regime tributário especial para a indústria química, com ênfase em seus segmentos mais nobres e nos elos com maior capacidade de agregação de valor nas cadeias bem constituídas no país, no âmbito do REIQ – Regime Especial da Indústria Química.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047L					
Descrição	Desenvolvimento de sinergias entre a cadeia de fertilizantes e outros produtos gás-químicos com ganhos de escala e redução do custo unitário de produção, de modo a viabilizar novos projetos para produção de ureia					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta vinculada, para a qual não há Ação Orçamentária desta Unidade Jurisdicionada associada, sendo sua implementação de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047N					
Descrição	Proposição de acordos de cooperação internacional para intercâmbios de tecnologias produtivas no setor químico					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária desta Unidade Jurisdicionada, sendo sua implementação de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0470					
Descrição	Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32337.25.753.2055.1240 - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, vinculada à Petrobras – UO 32230 e a previsão de investimento é de R\$ 43.932.000 (quarenta e três milhões e novecentos e trinta e dois mil reais), porém não houve aplicação em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047P					
Descrição	Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32338.25.753.2055.124Q - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ), vinculada à Petrobras – UO 32230 e a previsão de investimento é de R\$ 30.329.000 (trinta milhões, trezentos e vinte e nove mil), porém não houve aplicação em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047Q					
Descrição	Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32341.25.753.2055.124S - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ), vinculada à Petrobras – UO 32230 e a previsão do investimento para o período do PPA é de R\$ 270.268.000(duzentos e setenta milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais), porém não há registro de aplicação em 2012. Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047R					
Descrição	Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32344.22.662.2055.125T - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE), vinculada ao orçamento da Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUIMICASUAPE. A previsão de investimento para o período do PPA é de R\$ 60.133.000(sessenta milhões, cento e trinta e três mil) e há registro de aplicação de R\$ 477.512.605 (quatrocentos e setenta e sete milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e cinco reais) só em 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047S					
Descrição	Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32343.22.662.2055.125U - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE), vinculada ao orçamento da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE. A previsão de investimento é de R\$ 948.011.000 (novecentos e quarenta e oito milhões, onze mil reais) e há registro de aplicação de R\$ 888.932.202 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e dois reais) só em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047T					
Descrição	Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32349.25.662.2055.146U - Implantação da Unidade de Estireno no Pólo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS), vinculada a empresa INNOVA S.A – UO 32.349. A previsão de investimento é de R\$ 252.638.000 (duzentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil reais) e há registro de aplicação de R\$ 14.344 (quatorze mil, trezentos e quarenta e quatro reais) em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química. Essa frente encontra-se em discussão, seja no âmbito da ABIQUIM, seja no Conselho de Competitividade de Química do PBM- Plano Brasil Maior.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047U					
Descrição	Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32230.25.753.2055.12NC - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (Período 2011-2017), vinculada à Petrobras – UO 32230. A previsão de investimento é de R\$ 510.713.000 (quinhentos e dez milhões, setecentos e treze mil reais) e há registro de aplicação de R\$ 9.552.255 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047V					
Descrição	Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32230.25.753.2055.12NF - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com Capacidade de Aproximadamente 520 mil t/ano, vinculada à Petrobras – UO 32230. A previsão de investimento é de R\$ 128.743.000 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil reais), tendo aplicado em 2012 o valor de R\$ 83.991.179 (oitenta e três milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais) no projeto.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa	
Código	047X
Descrição	Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32230.25.753.2055.124V - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Amônia, vinculada à Petrobras – UO 32230. A previsão de investimento é de R\$ 870.065.000 (oitocentos e setenta milhões, sessenta e cinco mil reais) e há registro de aplicação de R\$ 280.620.370 (duzentos e oitenta milhões, seiscentos e vinte mil e trezentos e setenta reais) no projeto, em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	047Y					
Descrição	Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)					
Objetivo	0856- Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta Unidade Jurisdicionada. Os investimentos estão previstos para onerar ações orçamentárias de empresas Estatais, haja vista a indicação da Ação 30.32230.25.662.2055.14LD - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ), vinculada à Petrobras – UO 32230. A previsão de investimento no projeto é de R\$ 581.157.000 (quinhentos e oitenta e um milhões, cento e cinquenta e sete mil reais) e há registro de aplicação de R\$ 160.961.657 (cento e sessenta milhões, novecentos e sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta e sete reais) em 2012.

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, contratado Estudo pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IR					
Descrição	Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a Iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.20R6**- Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, porém em 2012 não houve dispêndio.

No âmbito desta Iniciativa foram realizadas reuniões com as instituições financeiras do GTP-APL, com objetivo de estimular a elaboração de mecanismos de compra e venda direcionados aos APLs. Também a APEX Brasil instituições do GTP-APL, mantêm o programa PEIEX para auxiliar as exportações de pequenas empresas.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IS					
Descrição	Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a Iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Essa Iniciativa tem sido trabalhada sob a ótica do encadeamento produtivo, onde as médias empresas são estimuladas a participarem do processo produtivo fornecendo insumos para as grandes empresas e comprando insumos das pequenas empresas.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IT					
Descrição	Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.20R6**- Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, porém em 2012 não houve dispêndio.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IU					
Descrição	Extensionismo industrial e empresarial em APLs					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.924.156	1.924.156	1.924.156	1.924.156		1.924.156	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.6659**- Extensionismo Industrial e Empresarial que, em 2012, aplicou R\$ 1.924.156 (um milhão, novecentos e vinte e quatro mil, cento e cinquenta e seis reais), na qualificação e desenvolvimento de fornecedores dos setores de Petróleo, Gás e Naval e automotivo/autopeças, por meio de convênios firmados a partir de processo de chamada pública.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IV					
Descrição	Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.500.000	31.500.000	6.100.000	6.100.000		6.100.000	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2374-** Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte e os recursos são provenientes de emendas parlamentares. No ano de 2012 houve liberação de limite de empenho para apoiar a 20 projetos e empenhado o valor de R\$ 6.100.000 (seis milhões e cem mil reais)

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03IY					
Descrição	Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.20R6** - Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais, porém não houve dispêndio em 2012. Registre-se o desenvolvimento de estudos setoriais nas áreas de cerâmica vermelha.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	04DH					
Descrição	Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas					
Objetivo	0857- Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Aguarda-se reformulação interna no âmbito da SUFRAMA, definição de competências, para o início do processo de discussão sobre os meios de se viabilizar os projetos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03J0					
Descrição	Criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono					
Objetivo	0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial, porém não houve dispêndio em 2012.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	O3J2					
Descrição	Fomento à redução de emissões nos setores industriais					
Objetivo	0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial, porém não houve dispêndio em 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03J6					
Descrição	Realização de inventários corporativos de emissões					
Objetivo	0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária - **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial, porém não houve dispêndio em 2012.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03JD					
Descrição	Aprimoramento e disseminação de mecanismos e oportunidades de interação entre empresas, centros tecnológicos e universidades, visando o desenvolvimento de projetos cooperativos					
Objetivo	0860- Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
166.800	166.800	166.800	166.800			166.800
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial. Em 2012 houve aplicação de R\$ 166.800 (cento e sessenta e seis mil e oitocentos reais) para o desenvolvimento, implantação e operação de um sistema virtual denominado Embarcações Interativas a ser disponibilizado no portal do Catálogo Navieças. O sistema de Embarcações Interativas tem a finalidade de facilitar a interatividade entre os usuários e o conteúdo de bens e serviços disponíveis no Catálogo Navieças, proporcionando a visualização dos equipamentos dentro dos ambientes (passadiço, praça de máquinas, convés etc.) onde os mesmos são instalados e operados. Esta Iniciativa é uma ferramenta de disseminação de oportunidades. A abrangência se justifica, uma vez que a Indústria Naval integra a cadeia Offshore, sendo uma de suas sistemistas. Ainda, no âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos:

- *Coordenação de 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico). O foco principal desses GTs é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos;*

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03JH					
Descrição	Identificação das condições para a viabilização de uma curva de aprendizado da indústria de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e gás					
Objetivo	0860- Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial, porém não houve dispêndio em 2012.

No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos::

- *Coordenação de 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico). O foco principal desses GTs é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos.*

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03JI					
Descrição	Promoção da equalização de condições tributárias dos fornecedores brasileiros em relação aos estrangeiros					
Objetivo	0860- Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Esta Secretaria e outros órgãos parceiros do MDIC encontram-se debruçados sobre diversas propostas de aprimoramento do "Repetro", regime especial de tributação cujo foco é viabilizar o desenvolvimento de uma extensa rede de fornecedores nacionais para a Petrobrás e outras empresas de extração de P&G no país. O redesenho do regime implicará a reformulação parcial da legislação ora vigente com vistas a, tendo em conta as diretrizes da nova política industrial federal, aproveitar sinergias e reduzir sobreposições com o programa PROMIMP, com os incentivos geridos pelo BNDES e com o programa de investimentos da Petrobrás.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos::

- *Discussões com a Receita Federal do Brasil para a retirada do impedimento de utilização da modalidade Drawback intermediário pelo Drawback embarcação;*
- *Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para a criação de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e Naval - REPEG, com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores;*
- *Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás – REPETRO. Segundo estudo contratado pelo BNDES, divulgado em setembro de 2012, o regime propicia uma assimetria tributária em favor dos bens importados, dificultando o aumento do conteúdo local por empresas brasileiras.*

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03K6					
Descrição	Ampliação e aperfeiçoamento da Linha de Financiamento Internacionalização de Empresas com foco na criação/aquisição de ativos estratégicos para a inserção de firmas brasileiras em cadeias globais de maior valor agregado					
Objetivo	0865- Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação relaciona-se a uma das prioridades das empresas brasileiras e deverá ser executada com recursos extra-orçamentários do BNDES, porém não há registro de execução em 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03K7					
Descrição	Promoção de investimentos empresariais no exterior					
Objetivo	0865- Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada. Sua implementação poderá onerar a Ação Orçamentária **10.28101.22.661.2055.2768** - Gestão da Política Industrial e vai ao encontro da idéia de superar a concorrência internacional e melhorar a inserção externa, porém não houve alocação de recursos em 2012 para aplicação nesta Iniciativa.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0252					
Descrição	Apoio à formação de polos empresariais emergentes					
Objetivo	0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. A Iniciativa será viabilizada no âmbito do PROMIMP, cumprindo o Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0253					
Descrição	Apoio a polos produtivos com foco multissetorial					
Objetivo	0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. A Iniciativa será desenvolvida no âmbito do PROMIMP, cumprindo o Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0254					
Descrição	Estímulo a regiões com vocação para estabelecimento de polos de construção naval e operações offshore					
Objetivo	0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. A Iniciativa será desenvolvida no âmbito do PROMIMP, cumprindo o Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0256					
Descrição	Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços					
Objetivo	0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Esta Iniciativa será viabilizada com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Em 2012, deu-se início ao processo de chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado na habilitação do IEL-MG e IEL-BA para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores em polos produtivos da cadeia de petróleo, gás e naval, que se encontra em execução. Para o próximo ano, espera-se ampliar as iniciativas para os estados de RJ e RS, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras em agosto de 2012.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	002U					
Descrição	Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs					
Objetivo	0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Esta Iniciativa será viabilizada com a Cooperação dos Ministérios do Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia e outros órgãos e entes do Estado, por meio de elaboração de estudos conjuntos objetivando a identificação de locais, das adequações de infraestrutura necessárias e de propostas de normativos para implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral.

Durante 2012 não houve implementação, haja vista a indefinição de crédito para fazer face ao custeio dos Estudos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03M6					
Descrição	Construção de Sistema Integrado de Conhecimento, com foco no potencial de integração das atividades produtivas do MERCOSUL					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03M8					
Descrição	Criação de sistema colaborativo integrado de propriedade industrial na América do Sul					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MA					
Descrição	Desenvolvimento de projetos de integração e cooperação internacional em Arranjos Produtivos Locais/Clusters no MERCOSUL					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MB					
Descrição	Desenvolvimento de projetos de integração produtiva de caráter bilateral ou regional, que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento, em especial para Micro, Pequenas e Médias Empresas					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MC					
Descrição	Desenvolvimento de projetos de integração produtiva, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MD					
Descrição	Desenvolvimento dos processos vinculados à integração de cadeias produtivas da agricultura familiar					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MH					
Descrição	Implementação de projetos de produção, integração industrial e infraestrutura; pesquisa e desenvolvimento, e capacitação de recursos humanos entre a Amazônia brasileira e os países sul-americanos					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	03MJ					
Descrição	Regulamentação e implementação do Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas					
Objetivo	0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando a IP: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico e automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	0368					
Descrição	Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. O tema Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de APLs vem sendo trabalhado a partir desta Iniciativa, tendo havido reuniões, plenárias e seminários com as Instituições do GTP-APL e dos Núcleos Estaduais, com a troca de informações e a apresentação de projetos em andamento. Alguns projetos de cooperação técnica foram viabilizados e envolveram também os comitês gestores dos APLs. Para 2013, além do lançamento de projetos em andamento, estão previstas novas Instituições para integrarem o GTP-APL.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	036A					
Descrição	Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Esta Iniciativa vem sendo viabilizada por meio de Acordo Cooperação Técnica Brasil União Europeia, tendo sido promovidas ações no âmbito dos diálogos setoriais, onde foram envolvidos APLs brasileiros e Europeus de mesmo setor; o objetivo foi aproximação e aprendizagem entre as empresas.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	036B					
Descrição	Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Contudo a Iniciativa vem sendo viabilizada, em parceria com a ABDI, que vem atuando na elaboração do Plano Nacional de Capacitação e Gestão de APLs, devendo resultar até o final de 2013 na formação de uma turma de 27 multiplicadores.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	036C					
Descrição	Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
576.800	576.800	576.800	576.800		452.000	124.800
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, como também a ela não se vinculou uma Ação Orçamentária quando da elaboração do PPA. A implementação da Iniciativa conta com o apoio de parceiros, principalmente MCTI, IBICT e IPEA. Vale ressaltar que o desenvolvimento do Observatório de APLs é uma das conquistas dessas parcerias, sendo que, atualmente, a plataforma tecnológica encontra-se povoada por dados de três Estados (AL, GO, PR). Mais 8 estados já



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

receberam treinamento para operar a plataforma e devem iniciar seus trabalhos de inserção de informações. A plataforma é constituída por uma rede social, um banco de dados e um portal de internet. Para 2013 está prevista a inserção de uma equipe especializada na gestão das informações e na elaboração de notícias e relatórios estatísticos para subsidiar a tomada de decisões por parte do GTP-APL, que contará com recursos do SEBRAE para sua viabilização. Será também treinado o restante dos Estados para inserirem suas informações e ainda teremos uma equipe de 104 bolsistas do CNPq, que irão a campo para auxílio na coleta de informações para a geração de indicadores para os APLs.

A execução de 2012 contou com recursos na ordem de R\$ 602.400 (seiscentos e dois mil e quatrocentos reais), descentralizados a este MDIC pelo MCTI, na modalidade de destaque orçamentário, formalizado em Termo de Cooperação. Esse aporte orçamentário possibilitou a celebração de convênio com a ABDI, visando a operacionalização da Pesquisa de Campo nos APLs Brasileiros- Mapa da Produção no País, mediante o desenvolvimento da metodologia de pesquisa, questionários de coleta das informações, treinamento dos bolsistas e coordenadores estaduais, elaboração de relatórios analíticos das informações coletadas e a geração de indicadores nos APLs pesquisados. Essa parceria contará com o aporte de contrapartida da Conveniente, no valor de R\$ 66.930,00 (sessenta e seis mil, novecentos e trinta reais).

Embora não haja Ação Orçamentária associada a esta Iniciativa, este MDIC aplicou R\$ 576.800(quinhetos e setenta e seis mil e oitocentos reais) da Ação Orçamentária 10.28101.22.661.2055.20R6 na manutenção do Observatório de APLs, incluído neste total o valor de R\$ 124.800(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais) de repasse ao IPEA, na modalidade de destaque, para disponibilização de banco de dados.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	036H					
Descrição	Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
*Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.120.800	1.120.800	1.120.800	1.120.800		560.800	560.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* As informações da execução orçamentária e financeira foram fornecidas pela SPOA/CGOF

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, como também a ela não se vinculou uma Ação Orçamentária quando da elaboração do PPA. Embora não haja Ação Orçamentária associada a esta Iniciativa, este MDIC aplicou em 2012, o valor de R\$ 1.120.800 (um milhão, cento e vinte



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

mil e oitocentos reais), da Ação Orçamentária 10.28101.22.661.2055.20R6 sendo que R\$ 560.000(quinhetos e sessenta mil reais) foram transferidos ao IBICT/MCTI, na forma de destaque orçamentário, para custear a implantação e difusão da Plataforma BIM (Building Information Modelling) no Brasil, atendendo a uma demanda do Setor da Construção Civil; os demais R\$ 560.800 (quinhetos e sessenta mil e oitocentos reais) foram destinados à melhoria da competitividade das empresas do Sistema Moda Brasil - SMB, através da criação de materiotecas e da realização de *workshops* de capacitação e troca de experiências, cuja seleção da Conveniente deu-se por meio de processo de chamada pública.

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Iniciativa						
Código	036M					
Descrição	Promover a construção e a consolidação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Objetivo	0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Desenvolvimento da Produção					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No PPA, a iniciativa não tem Meta associada, para a qual não há Ação Orçamentária vinculada desta UJ. Sua implementação vem sendo viabilizada com o apoio de parceiros. Ao longo de 2012 ocorreram diversas reuniões e consultas às instituições do GTP-APL, com o objetivo de implementar a Política Nacional, que foi oficializada com a publicação do Documento Base da 2ª Geração da Política Nacional de APLs no Portal do MDIC.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.125.2055.2692					
Descrição	Fiscalização do Processo Produtivo Básico					
Iniciativa	03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.984	91.984	50.013	48.837		1.176	48.837
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização de empresas	un	33	40	91.984	50.013

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.2768					
Descrição	Gestão da Política Industrial					
Iniciativa	03H2- Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos - (Observatório do Investimento)					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000	24.000	24.000	24.000		24.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assinatura para acesso à Base de Dados de Projetos de Investimentos	un	2	2	24.000	24.000



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.2768					
Descrição	Gestão da Política Industrial					
Iniciativa	03HE - Expansão e aprimoramento do programa brasileiro de <i>design</i>					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
588.000	588.000	588.000	588.000			588.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Mapeamento das Oportunidades de <i>Design</i> nos eventos esportivos prósperos	un	1	1	588.000	588.000

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.2768					
Descrição	Gestão da Política Industrial					
Iniciativa	03HU - Aprimoramento da sistemática de concessão de Ex-tarifários					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
890.000	890.000	890.000	890.000			890.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de Sistema de Concessão de Ex-tarifários	un	1	1	890.000	890.000



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.6659					
Descrição	Extensionismo Industrial e Empresarial					
Iniciativa	03IU- Extensionismo Industrial e Empresarial em APLs					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.924.156	1.924.156	1.924.156	1.924.156		1.924.156	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Qualificação e Desenvolvimento de Fornecedores para grandes indústrias	Projeto	4	4	1.924.156	1.924.156

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.2374					
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte					
Iniciativa	03IV- Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.500.000	31.500.000	6.100.000	6.100.000		6.100.000	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Construção de barracão industrial	un	54	20	31.500.000	6.100.000



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.20R6					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais					
Iniciativa	03JD- Aprimoramento e disseminação de mecanismos e oportunidades de interação entre empresas, centros tecnológicos e universidades, visando o desenvolvimento de projetos cooperativos					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
166.800	166.800	166.800	166.800			166.800
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Desenvolvimento, implantação e operação de um sistema virtual denominado Embarcações Interativas a ser disponibilizado no portal do Catálogo Navipeças	un	1	1	166.800	166.800

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SDP

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.20R6					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais					
Iniciativa	036C- Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
576.800	576.800	576.800	576.800		452.000	124.800
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Manutenção do Observatório de APLs	un	01	01	576.800	576.800



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA
SDP*

Identificação da Ação						
Código	10.28101.22.661.2055.20R6					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais					
Iniciativa	Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais					
Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
Unidade Orçamentária	280101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.120.800	1.120.800	1.120.800	1.120.800		560.800	560.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação e difusão da Plataforma BIM(<i>Building Information Modelling</i>) no Brasil	un	01	01	560.000	560.000
1	Melhoria da competitividade das empresas do Sistema Moda Brasil - SMB, através da criação de materiotecas e da realização de <i>workshops</i> de capacitação e troca de experiências	un	01	01	560.800	560.800



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	280101	28101
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	280104	28101

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Gestora

4.2.2 Programação de Despesas

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS*

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.436.746	528.059	1.180.651	125.838
Pregão – Passagem aérea	344.747	195.959		
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	5.481	19.838	5.481	19.838
h) Inexigibilidade		33.371		33.371
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	229.990	158.456		
5. Outros	9.339.756	7.746.474	754.800	3.826.474
6. Total (1+2+3+4+5)	11.356.720	8.682.157	1.940.932	4.005.566

Fonte: SPOA/CGRH e CGRL

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

*QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA –
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS*

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa – 33.50.41	3.239.756	3.826.474	3.239.756	3.826.474	2.484.956		754.800	3.826.474
2º elemento de despesa – 33.90.33	5.481	219.675	5.481	195.009			5.481	195.009
3º elemento de despesa – 33.90.39	1.436.746	581.268	1.180.651	581.268	256.094	402.221	1.180.651	179.047
Demais elementos do grupo		1.020.000		1.020.000		1.020.000		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa - 44.40.42	6.100.000	2.900.000	6.100.000	2.900.000	6.100.000	2.900.000		
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de								



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SPOA/CGRL

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – Valores em R\$ 1,00
CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão				
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa				
s) Inexigibilidade				
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros	802.200	300.000		300.000
12. Total (1+2+3+4+5)	802.200	300.000		300.000

Fonte: SPOA/CGRL

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – Valores em R\$ 1,00
CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo- 33.50.41	802.200	300.000	802.200	300.000				300.000
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SPOA/CGRL

4.2.4.2.3 Análise Crítica:

Destaque orçamentário, em 2012, do MCTI, formalizado por termo de cooperação, sendo: R\$ 602.400 para execução do projeto de pesquisa de campo, no âmbito do desenvolvimento do Observatório de APLs e R\$ 199.800 para apoiar a realização da IV Bienal do Design.

Em 2011, houve repasse de R\$ 300.000, do MINC, que contribuiu com o Mapeamento de Oportunidades para o Design nos grandes eventos esportivos prósperos.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
NOME: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC									
CNPJ: 00.394.478/0002-24				UG/GESTÃO: 280101/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	702224	76.205.970/0001-95	204.886,28	64.886,28	0,00	140.000	31/12/2008	12/06/2012	1
1	702655	07.303.781/0001-32	166.660	16.666	0,00	149.994	31/12/2008	02/03/2012	1
1	702380	76.282.664/0001-52	180.682,49	30.682,49	0,00	150.000	31/12/2008	30/04/2013	1
1	720050	95.583.597/0001-50	160.700	10.700	0,00	150.000	31/12/2009	12/01/2012	1
1	720191	87.612.818/0001-43	206.000	6.000	0,00	200.000	31/12/2009	12/07/2013	1
1	720242	76.245.059/0001-01	143.500	3.500	0,00	140.000	31/12/2009	09/08/2012	1
1	720218	76.282.698/0001-47	145.600	5.600	0,00	140.000	31/12/2009	07/07/2012	1
1	720333	75.771.261/0001-04	142.860	2.860	0,00	140.000	31/12/2009	12/07/2012	1
1	720524	76.208.495/0001-00	145.500	5.500	0,00	140.000	30/12/2009	30/06/2012	1
1	726113	23.804.149/0001-29	861.010	261.010	0,00	600.000	31/12/2009	28/05/2013	1
1	722840	18.677.625/0001-58	510.205	10.205	0,00	500.000	31/12/2009	13/01/2012	1
1	722874	42.429.480/0001-50	289.368,75	57.873,75	0,00	231.495	31/12/2009	30/04/2012	1
1	722857	09.139.551/0001-05	527.878,76	132.050	191.879,36	395.828,76	31/12/2009	27/04/2014	1
1	722863	84.714.682/0001-94	590.233,26	170.233,26	0,00	420.000	31/12/2009	13/08/2012	1
1	722879	04.109.447/0001-54	573.820	178.000	194.480	395.820,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724484	33.402.892/0001-06	736.200	153.000	0,00	583.200	31/12/2009	31/07/2013	1
1	728751	25.107.525/0001-51	520.833,33	20.833,33	0,00	500.000	31/12/2009	02/01/2012	1
1	728795	62.673.454/0001-80	602.355,20	120.780	0,00	481.575,20	31/12/2009	31/12/2013	1
1	744099	28.645.760/0001-75	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	750648	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	200.000	200.000	31/12/2010	22/04/2013	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

1	755164	76.244.961/0001-03	515.000	15.000	500.000	500.000	31/12/2010	28/12/2013	1
1	745405	75.845.545/0001-06	408.163,27	8.163,27	400.000	400.000	31/12/2010	16/03/2013	1
1	745447	76.205.665/0001-01	160.000	10.000	150.000	150.000	31/12/2010	08/03/2013	1
1	745398	78.113.834/0001-09	154.000	4.000	150.000	150.000	31/12/2010	08/03/2013	1
1	745458	75.969.667/0001-04	306.500	6.500	300.000	300.000	31/12/2010	27/06/2013	1
1	746460	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	300.000	300.000	29/12/2010	13/03/2013	1
1	746487	72.836.588/0001-29	102.498,60	2.498,60	100.000	100.000	31/12/2010	08/03/2013	1
1	746507	46.248.837/0001-55	326.915,84	126.915,84	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2013	1
1	746515	78.600.491/0001-07	204.150,00	4.150,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746542	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	300.000	300.000	29/12/2010	13/03/2013	1
1	746614	45.307.980/0001-08	331.990	31.990	300.000	300.000	31/12/2010	08/03/2013	1
1	746645	78.121.963/0001-68	259.378,89	59.378,89	200.000	200.000	29/12/2010	07/03/2013	1
1	750083	31.244.163/0001-43	136.480	36.480	0,00	100.000	07/12/2010	07/12/2012	1
1	750945	01.613.940/0001-19	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	09/03/2013	1
1	750967	01.131.713/0001-57	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	31/12/2010	08/03/2013	1
1	750971	01.135.904/0001-97	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	09/03/2013	1
1	751727	01.157.536/0001-88	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	11/04/2013	1
1	751716	00.006.874/0001-56	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	07/03/2013	1
1	751803	59.754.648/0001-04	125.000,00	25.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751194	24.850.216/0001-04	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	08/05/2013	1
1	751124	02.506.012/0001-18	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	08/03/2013	1
1	751414	01.005.917/0001-41	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	17/04/2013	1
1	751374	01.219.807/0001-82	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	02/04/2013	1
1	751252	01.135.409/0001-88	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	18/06/2013	1
1	751123	26.867.770/0001-20	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	08/03/2013	1
1	751198	01.105.626/0001-25	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	01/04/2013	1
1	752590	01.005.727/0001-24	432.375	17.295	415.080	415.080	30/12/2010	11/11/2013	1
1	751964	01.123.678/0001-24	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	12/03/2013	1
1	751857	01.291.707/0001-67	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	08/03/2013	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

1	751985	01.067.479/0001-46	432.375	17.295	415.080	415.080	30/12/2010	09/03/2013	1
1	751958	01.067.164/0001-07	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	08/03/2013	1
1	751898	63.893.929/0001-07	148.642,04	3.642,04	145.000	145.000	31/12/2010	12/11/2013	1
1	751776	07.200.966/0001-11	1.916.024,00	566.024,00	600.000	1.275.000	29/12/2010	05/06/2013	1
1	752096	00.005.959/0001-10	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	08/03/2013	1
1	752253	01.791.276/0001-06	319.244,90	6.384,90	312.860	312.860	30/12/2010	08/03/2013	1
1	752095	02.267.698/0001-31	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	28/05/2013	1
1	752057	01.298.975/0001-00	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	11/04/2013	1
1	752158	04.215.377/0001-19	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	31/12/2010	09/03/2013	1
1	752199	01.153.030/0001-09	423.551,02	8.471,02	415.080	415.080	30/12/2010	27/06/2013	1
1	752125	02.262.368/0001-53	319.244,90	6.384,90	312.860	312.860	31/12/2010	05/07/2013	1
1	752093	01.067.248/0001-32	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	03/05/2013	1
1	752154	02.321.115/0001-03	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	12/03/2013	1
1	753267	02.264.166/0001-40	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	753268	01.067073/0001-63	257.826,53	5.156,53	252.670	252.670	30/12/2010	20/05/2013	1
1	755791	03.119.126/0001-78	170.000	35.000	0,00	135.000	14/07/2011	14/05/2012	4
1	762003	46.415.998/0001-96	221.000	21.000	0,00	0,00	30/12/2011	30/09/2013	1
1	763094	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	200.000	200.000	29/12/2011	27/07/2014	1
1	762002	43.352.746/0001-65	234.494,22	34.494,22	200.000	200.000	30/12/2011	25/02/2015	1
1	764472	51.842.177/0001-76	102.907,04	2.907,04	0,00	0,00	29/12/2011	28/02/2014	1
1	761969	76.958.974/0001-44	204.964,44	4.964,44	200.000	200.000	29/12/2011	03/09/2014	1
1	766276	07.200.966/0001-11	388.520	65.600	0,00	322.920	28/12/2011	28/02/2013	1
1	764845	76.460.526/0001-16	516.000	16.000	500.000	500.000	29/12/2011	16/02/2015	1
1	764836	05.541.424/0001-87	670.000	70.000	300.000	300.000	29/12/2011	13/03/2013	1
1	764841	07.200.966/0001-11	982.000	182.000	0,00	800.000	28/12/2011	30/06/2014	1
1	764822	05.507.500/0001-38	1.542.000	154.200	588.000	1.188.000	28/12/2011	15/11/2013	1
1	764556	07.200.966/0001-11	720.000	120.000	0,00	600.000	28/12/2011	31/07/2013	1
1	764832	07.200.966/0001-11	784.054	95.500	0,00	688.554	28/12/2011	30/06/2013	1
1	764820	05.507.500/0001-38	760.000	80.000	0,00	680.000	28/12/2011	30/04/2013	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

1	777479	07.200.966/0001-11	669.333,33	66.933,33	0,00	0,00	26/12/2012	26/05/2015	1
1	772466	01.612.443/0001-04	256.800,01	6.800,01	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781475	18.125.138/0001-82	260.500	10.500	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781471	75.845.503/0001-67	256.000	6.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781479	01.612.489/0001-15	255.500	5.500	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778313	76.995.455/0001-56	260.247,56	10.247,56	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778309	15.244.114/0001-54	1.200.000	60.000	0,00	0,00	28/12/2012	10/12/2015	1
1	775366	11.000.361/0001-54	1.188.800	118.880	0,00	0,00	27/12/2012	06/12/2015	1
1	778912	18.186.718/0001-80	306.123	6.123	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778337	10.091.585/0001-56	416.000	16.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781483	10.091.585/0001-56	306.500	6.500	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781213	76.105.543/0001-35	2.152.680	402.680	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778913	75.381.178/0001-29	256.000	6.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778345	76.919.083/0001-89	307.000	7.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778318	75.801.738/0001-57	257.500,00	7.500,00	0,00	0,00	27/12/2012	31/12/2014	1
1	778911	15.244.114/0001-54	1.294.650	123.000	0,00	0,00	28/12/2012	16/12/2015	1
1	775397	17.422.056/0001-37	1.485.630	296.380	0,00	0,00	28/12/2012	28/05/2014	1
1	774207	89.908.479/0001-72	666.378	105.578	0,00	0,00	26/12/2012	22/03/2015	1
1	770831	07.200.966/0001-11	170.500	3.700	166.800	166.800	17/07/2012	31/08/2013	1

FONTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ:	00.394.478/0002-24					
UG/GESTÃO:	280101/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	19	14	48	14.366.370	4.501.474	676.020
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	19	14	48	14.366.370	4.501.474	676.020

Fonte: SICONV/SIAFI

5.3.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0002-24			UG/GESTÃO: 280101/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	80	33.148.088	21.539.268	11.608.820	65%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	80	33.148.088	21.539.268	11.608.820	65%

Fonte: SICONV/SIAFI



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

*QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO,
TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.*

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0002-24		UG/GESTÃO: 280101/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	22		
		Montante Repassado	32.596.489		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	25		
		Montante Repassado	57.177.380		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	18		
		Montante Repassado	3.805.675		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: MDIC/SE/SPOA/CGRL/DICOV

Essas informações foram consolidadas na Unidade Gestora 280102 e não foram apresentadas por UJ, haja vista que esta Unidade não é Unidade Gestora

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS
DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0002-24			UG/GESTÃO: 280101/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			22	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas	1	
		Montante Repassado (R\$)	100.000		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	18	
		Montante Repassado (R\$)	31.711.489		
2011	Quantidade de contas prestadas			25	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		9	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		16	
Montante repassado (R\$)		4.531.560			
2010	Quantidade de Contas Prestadas			18	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		12	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		6	
Montante Repassado		1.538.440			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		7	
		Montante Repassado		1.661.465	

Fonte: MDIC/SE/SPOA/CGRL/DICOV

Essas informações foram consolidadas na Unidade Gestora 280101 e não foram apresentadas por UJ, haja vista que esta Unidade não é Unidade Gestora.

5.3.6 Análise Crítica

A Divisão de Convênios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC tem se preocupado, cada vez mais, com a melhoria constante dos procedimentos, e considera que vem tomando todas as providências cabíveis. Foram aperfeiçoadas as rotinas já existentes, com o objetivo de melhorar o acompanhamento reduzindo as situações de inadimplência, como o envio de notificações às entidades convenientes sobre os problemas que originaram a situação de inadimplência, concessão de prazos para respostas, encaminhamentos para instauração de Tomadas de Contas Especiais, após esgotadas as medidas administrativas para saneamento da inadimplência e ressarcimento ao erário.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Com as rotinas desenvolvidas e trabalhadas atualmente, observa-se um processo contínuo de melhoria no acompanhamento dos prazos de prestação de contas, resultando em sistemáticas cobranças em caso de omissão do dever de prestar contas por parte das entidades convenientes, de forma a garantir os devidos registros nos Sistemas de acompanhamento do Governo Federal. Acresce-se ao aperfeiçoamento das rotinas, a construção de um processo de padronização dos procedimentos com orientações para a formalização, acompanhamento e prestação de contas dos convênios para que possa dar maior celeridade às atividades da Divisão.

Quanto a situação das transferências efetuadas no exercício frente às disposições contidas no art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e àquelas contidas no art. 12, §1º do Decreto nº 6.752/2009 impende informar que estão sendo observadas.

É recorrente a discrepância entre valores contratados e montante repassado, diante da morosidade no processo de execução orçamentária, seja pelo contingenciamento do orçamento, seja pela demora na definição e liberação dos limites de empenho, acarretando a inscrição das despesas em Restos a Pagar.

Quanto à prestação de contas e sua conformidade com os prazos regulamentares, os convenientes são comunicados do término da vigência com um mês de antecedência. Não obstante, no parecer dispendido via SICONV, é salientado do prazo disponível para a inserção da prestação de contas no sistema. São observados casos pontuais de não inserção, os quais são apurados com a urgência requerida para a situação.

Cumprе ressaltar, ainda, que as atividades de prestação de contas, fiscalização e formalização de instrumentos de convênios são exercidas, cumulativamente, por equipe única, com quadro de pessoal insuficiente. Sem prejuízo das atividades típicas há, inclusive, o saneamento de dúvidas durante a execução do pactuado por meio de e-mail institucional, bem como o atendimento de demandas das diligências formuladas por Órgãos de Controle Interno e Externo, Ministério Público, Polícia Federal, e demais denúncias de quaisquer outros Órgãos demandados, e ainda, o fornecimento de subsídios à Advocacia-Geral da União em ações judiciais.

Para o gerenciamento das transferências realizadas por meio de convênios e instrumentos congêneres em 2012, foram definidas e estão sendo utilizados os seguintes meios: Acompanhamento da execução financeira, por meio do Sistema de Convênios – SICONV e verificação financeira in loco, sempre que há identificação de necessidade; reitera-se que quanto à capacidade de fiscalização "in loco" da execução dos planos de trabalho, cabe ressaltar que a realização dessa atividade é competência das unidades finalísticas responsáveis pelo acompanhamento da execução física dos convênios.

Em que pese todas as dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento das atribuições de prestação e de fiscalização de contas, cada vez mais, a Divisão de Convênios vem adotando procedimentos assecuratórios na busca da regular aplicação dos recursos públicos, envolvidos em transferências voluntárias.

Fonte: MDIC/SE/SPOA/CGRL/DICOV

5.4 Suprimento de Fundos

Esta Secretaria não movimentava conta de Suprimento de Fundos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da SDP

5.5.1 Renúncias Tributárias sob a Gestão da SDP

QUADRO A.5.13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
Imposto (IPI)	Lei nº 9440, de 14 de março de 1997; Dec. 3893, de 22 de agosto de 2001; Dec. 5710, de 24 de fevereiro de 2006 e Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, Decreto nº 7389, de 09 de dezembro de 2010, Lei 12.407, de 19 de maio de 2011 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	Lei nº 9.440 - Contribuir para instalação de unidades da indústria automotiva, fomentar o desenvolvimento regional, o aumento do nível de emprego e a descentralização industrial no Brasil.	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação	2020	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.
Imposto (IPI)	Lei nº 9826, de 23 de agosto de 1999, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, MP 512, de 25 de novembro de 2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	Lei nº 9.826 - Instituir mecanismos que permitam a ampliação do parque industrial do País, notadamente em regiões geográficas menos favorecidas, atraindo investimentos externos, bem como a melhoria da capacidade das empresas competir no mercado internacional, ampliando o	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação	2015	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

			horizonte de atuação e, por consequência, as exportações brasileiras, buscando o equilíbrio das contas públicas e do aumento do emprego.			
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: CAO A, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.5.14 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Valores	2012		2011		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	1.000.557	-	1.588.415	1.562.599	1.246.526	1.363.580
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.5.16 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2012 (*)		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
BA	1	501.257	1	903.529	1	866.770
CE	1	2.650	1	5.337	1	4.421
GO	2	436.750	2	598.786	2	435.437
PE	2	59.900	2	54.947	2	56.952
Σ	6	1.000.557	6	1.562.599	6	1.363.580

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

(*) Estimativa

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

Não há registro



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.5.5 Programas Orçamentários e Financeiros com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não há registro

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica

5.5.7 Comunicações à RFB

Não se aplica

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica

*EMPREGOS GERADOS NAS EMPRESAS BENEFICÁRIAS DO CRÉDITO PRESUMIDO DO
IPI - 2012*

ESTADO	EMPRESA	Nº DE EMPREGOS GERADOS
BA	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	12.806
CE	TROLLER VEICULOS ESPECIAIS	406
PE	TCA- TECNOLOGIA EM COMP. AUT. S.A	1.908
	ACUMULADORES MOURA S.A	488
GO	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	3.606
	CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S.A	2.650
TOTAL		21.864

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

DECLARAÇÃO

Eu, **Heloisa Regina Guimarães de Menezes**, CPF nº 618.217.646-68, Secretária do Desenvolvimento da Produção, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto nas Leis nº 9.440/1997 e nº 9.826/1999, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília, 28 de março de 2013.

Heloisa Regina Guimarães de Menezes

CPF 618.217.646-68

Secretária do Desenvolvimento da Produção



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica

5.6 Gestão de Precatórios

Não se aplica

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA SDP – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		93		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		93		2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		85		2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6		
2. Empregados anistiados regidos pela CLT(2.1+ 2.2)		3		
2.1 Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao MDIC				
2.2 Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC		3		
3. Servidores com Contratos Temporários				
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		7	2	4
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		103	2	6

Fonte: SIAPE – A SPOA/CGRH forneceu as informações



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da SDP

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	8
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	7
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte: SIAPE – A SPOA/CGRH forneceu as informações

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		35	6	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		20	2	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	1	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		6	1	
1.2.4. Sem Vínculo		7	2	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1.2.5. Aposentados				
1.2.6. Empregado anistiado de outro órgão regido pela CLT em exercício na unidade		1		
2. Funções Gratificadas		16	4	
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		16	4	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		51	10	1

Fonte: SIAPECAD – A SPOA/CGRH forneceu as informações esclarecendo que, no item 2- considerou funções gratificadas e funções comissionadas técnicas

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDP POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	13	10	18	8	
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	13	10	18	8	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	12	13	15	7
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	11	10	9	5
2.3. Funções Gratificadas	4	1	3	6	2
3. Empregados anistiados regidos pela CLT					2
3.1. Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao MDIC					2
3.2. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC					
4. Totais (1+2+ 3)	18	22	31	23	9

Fonte: SIAPECAD – A SPOA/CGRH forneceu as informações , esclarecendo que, no item 2.3 considerou funções gratificadas e funções comissionadas técnicas

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDP POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo				1	17	31			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	17	30			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores em exercício						1			



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

<i>descentralizado</i>									
2. Provisão de Cargo em Comissão			1	1	9	39			1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	34			1
2.3. Funções Gratificadas			1	1	8	6			
3. Empregados anistiados regidos pela CLT						2			
3.1. Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao MDIC									
3.2. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício na Unidade						2			
4. Totais (1+2+3)			1	2	26	73			1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPECAD – A SPOA/CGRH forneceu as informações, esclarecendo que, no item 2.3 considerou funções gratificadas e funções comissionadas técnicas

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	10	12	14	15	
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	4	4	7	7	
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	14	16	21	22	

Fonte: SE/SPOA/CGRH

As informações de custo não são individualizadas por unidade, por isso apresentadas na prestação de contas da Secretaria Executiva.

7. GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Não há registro

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Não há registro

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há registro

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não há registro

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há registro

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93

Não se aplica

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações constantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG encontram-se regulares e atualizadas. Informo que não foram realizados lançamentos de informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, já que o único convênio vigente nesta CGRH foi registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por se tratar de instrumento contratual de natureza diversa dos demais convênios administrativos, motivo que impossibilita a sua inserção no Portal SICONV.

Brasília, 11 de março de 2013.


VERA LUIZA ALVES GONÇALVES FONSECA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
CPF 266.543.691-49



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

PARTE A, ITEM 11, ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA

Unidade Gestora Responsável – UGR: Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP

Código da UG: 280109 - **Gestão:** 00001

Declaro que as informações relativas à execução da Unidade Gestora Responsável, Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP, integram os demonstrativos contábeis do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, e constam das demonstrações contábeis das Unidades Gestoras Executoras 280101- Coordenação - Geral de Recursos Logísticos, 280102 - Coordenação - Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, e 280104 - Coordenação - Geral de Recursos Humanos, e refletem a adequada situação orçamentaria, financeira, patrimonial e das variações patrimoniais, consolidados no Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

No que se refere aos demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponíveis no sistema SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 8 de março de 2013.


GECILENE RIBEIRO COELHO
Coordenadora de Contabilidade
CRC - 6074-DF